

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JRUENA  
LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO**

**Autor (a):** Suzana Oliveira Martins

**JUINA/2010**

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA  
LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO**

**Autor (a):** Suzana Oliveira Martins

**Orientador (a):** Me. Solange Raquel Weber

*“Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas.”*

**JUINA/2010**

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA  
LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Cláudio Silveira Maia

---

Prof. Me. Rafael Eisinger Guimarães

---

Prof. Me. Solange Raquel Weber  
orientadora

Dedico este trabalho primeiramente aos meus pais Vlamir Antônio Alves Martins e Rosana Oliveira Martins, por caminharem comigo e me apoiarem sempre nesta caminhada árdua, porém muito gratificante.

Dedico também ao meu filho Gabriel por sua chegada durante essa caminhada e que muitas alegrias já me trouxe e que para sempre me alegrará com o seu lindo sorriso e alegria contagiante, sendo umas das grandes razões de minha vida.

Dedico a todos os meus professores, em especial a minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Ms. Solange Raquel Weber, por terem me apoiado e incentivado e, principalmente, por terem acreditado e confiado em mim, com minhas ideias e sugestões durante a realização deste trabalho.

E também, especialmente, ao Prof. Dr. Cláudio Silveira Maia, por ter sido o meu maior incentivador em lutar por meus ideais e estar sempre em busca do melhor, fazendo com que eu visse a vida de forma mais bela e encantadora.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus primeiramente por ter me dado força e coragem para continuar em minha caminhada, mesmo com todas as dificuldades e obstáculos encontrados em meu caminho.

Agradeço também aos meus pais e familiares por estarem sempre ao meu lado durante minhas ausências, compreendendo sempre os momentos mais difíceis dessa longa caminhada.

Agradeço a todos os meus colegas de curso pela amizade sincera e o carinho transmitido durante todos os dias de todos esses anos em que estivemos caminhando juntos.

Agradeço a todos os professores, mestres e doutores por sua imensa dedicação, dos quais muitos deixaram suas casas, sua família para dedicarem quase que exclusivamente para todos nós e transmitirem muito de seus conhecimentos e sabedoria, suportando muitos contratempos e dificuldades.

E por fim, agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram de alguma forma para meu conhecimento e crescimento pessoal que serão indispensáveis por toda a minha vida.

A todos o meu muito obrigado!

“Não há diferença entre um homem e outro,  
pois todos vêm nus ao mundo.  
Um homem não pode ser válido por sua cor,  
nem pela sua língua que fala,  
nem pelas roupas que veste ou jóias que usa.  
E sim apenas por seu coração.”

*Mika Waltare*

## RESUMO

Todos nós necessitamos nos comunicar e para isso utilizamos uma língua como forma de linguagem, que faz parte de nossa vida, denominada e considerada por muitos como língua materna. Nossa língua materna é a Língua Portuguesa, assim como a língua oficial do nosso país. A Língua Portuguesa não é e nunca foi uma língua uniforme, estável, sempre houve mudanças em sua estrutura, passando por vários processos de transformações até chegar ao estágio atual, estabelecendo-se normas padrões para serem seguidas. Há uma grande variedade de dialetos, de variações linguísticas dentro de sua estrutura que podem ser explicadas por vários aspectos, como econômicos, religiosos, sociais, financeiros, regionais, entre outros. Nessa grande variedade linguística da Língua Portuguesa tem surgido muitos preconceitos, do qual é estabelecido que somente a Língua Portuguesa Padrão seja a correta, gerando grandes contradições não só na fala como na escrita. A norma padrão estabelece regras a serem seguidas e quem não segue as regras são vistos e taxados como erros e vítimas de preconceito e até mesmo de exclusão da sociedade. A maioria desses preconceitos tem origem social, pois algumas pessoas julgam serem superiores às outras que usam a variação linguística. Proponho analisar uma variação linguística que ocorre dentro da Língua Portuguesa, a marcação do plural, levando em conta os motivos e aspectos que o levam a ocorrer, analisar a maneira como o preconceito ocorre, buscando explicações e conciliações entre a norma padrão e as variações linguísticas. E por fim, são feitos alguns relatos de como é ensinada a Língua Portuguesa nas escolas diante das variações linguísticas, abordando como é estabelecido o seu ensino e objetivos de acordo com as normas da educação, com o intuito de encontrar uma melhor maneira de se trabalhar com a Língua Portuguesa e o preconceito linguístico em sala de aula.

**PALAVRAS-CHAVES:** Língua Portuguesa, variação, norma padrão, preconceito, ensino.

## **ABSTRACT**

All of us needed to communicate and for that we used a language as language form, that is part of our life, denominated and considered by many as maternal language. Our maternal language is the Portuguese Language, as well as the official language of our country. The Portuguese Language is not and it was never a language uniform, stable, there were always changes in your structure, going by several processes of transformations to arrive to the current apprenticeship, settling down norms patterns for us to be followed. There is a great variety of dialects, of linguistic variations inside of your structure that you can be explained by several aspects, as economical, religious persons, social, financial, regional, among others. In that great linguistic variety of the Portuguese Language many prejudices, of which it is established that only the Portuguese Standard Language is the correct has been appearing, generating great contradictions not only in the speech as in the writing. The norm pattern establishes rules they be her followed and who doesn't follow the rules they are seen and rated as mistakes and prejudice victims and even of exclusion of the society. Most of those prejudices has social origin, because some people judge they be superior to the another that use the linguistic variation. I intend to analyze a linguistic variation that happens inside of the Portuguese Language, the demarcation of the plural, taking into account the reasons and aspects that take him/it to happen, to analyze the way as the prejudice happens, looking for explanations and conciliations between the norm pattern and the linguistic variations. It is finally, some are made reports of as the Portuguese Language is taught at the schools due to the linguistic variations, approaching how it is established your teaching and objectives in agreement with the norms of the education, with the intention of finding a better way to work with the Portuguese Language and the linguistic prejudice in class room.

**WORD-KEYS:** Portuguese language, variation, norm pattern, prejudice, teaching.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Variação na fala do Grupo A.....	41
Tabela 2: Variação na fala do Grupo B.....	41

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO I – OS ESTUDOS DA LINGUAGEM E DA LÍNGUA .....	13
CAPÍTULO II – A LÍNGUA PORTUGUESA E SUAS MODIFICAÇÕES .....	20
CAPÍTULO III – A VARIAÇÃO E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO: PORTUGUÊS PADRÃO X PORTUGUÊS NÃO-PADRÃO .....	27
3.1 – Variações linguísticas: causas e suas tipologias .....	35
CAPÍTULO IV – A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA MARCAÇÃO DO PLURAL DOS FALANTES DE LÍNGUA PORTUGUESA: UM ESTUDO DE CASO .....	39
4.1 – Análise de dados .....	42
CAPÍTULO V – O ensino da Língua Portuguesa e o preconceito linguístico na escola .....	51
CONCLUSÃO .....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	64
ANEXOS .....	65

## INTRODUÇÃO

A Língua Portuguesa, a língua materna e língua oficial do país, é falada por todo o território nacional e por todos os que aqui residem, embora ainda existam outras línguas trazidas pelos imigrantes e outras que já existiam com os povos indígenas que aqui residiam antes da descoberta do Brasil. Por isso, nosso país contém várias línguas, tendo o Tupi-guarani como uma entre as mais importantes. Essas línguas trazidas para cá pelos imigrantes são faladas apenas em pequenos grupos, sendo que, para o dia-a-dia usa-se sempre a Língua Portuguesa. Mesmo com essa grande diversidade de línguas presente em nosso país, a própria Língua Portuguesa possui grandes variedades na sua fala e também na escrita, embora mais evidente na fala.

A Língua Portuguesa não é e nunca foi uma língua uniforme, estável, sempre houve mudanças em sua estrutura, passando por vários processos de transformações até chegar ao estágio atual, estabelecendo-se normas padrão para serem seguidas. Essas normas nem sempre são seguidas por todos os falantes da Língua Portuguesa. Há uma grande variedade de dialetos, de variações linguísticas dentro de sua estrutura, dos quais cada falante possui a sua forma de falar, o seu dialeto e isso ocorre por ser um ato individual, ou seja, a fala é individual e cada um emprega na sua fala o seu modo de falar, com o seu sotaque, os seus conhecimentos linguísticos, etc. Mas nem todos possuem facilidade em aceitar essa individualidade, em aceitar a variação na fala da Língua Portuguesa dita por outras pessoas e consideram certa somente aquela que esteja dentro da norma padrão ou que esteja pelo menos próxima dela. E todos aqueles que não seguem essa norma sofrem preconceito, que, a princípio, denomina-se linguístico, mas que parece ser mais preconceito social, pois não é a fala que se leva em consideração e sim, o aspecto social, econômico, religioso, etc.

Poucas pessoas sabem que para todo tipo de variação há uma explicação, um motivo para a sua ocorrência e isso deve ser levado em consideração antes de julgar as diferenças de falas entre os falantes da Língua Portuguesa, cometendo pensamentos e atos preconceituosos. É por essa razão que surge o interesse pelo

tema, em busca de explicações e até mesmo soluções para os preconceitos existentes entre aqueles que usam a variação em sua fala.

Todos os temas voltados para a variação linguística estão distribuídos em cinco capítulos, nos quais serão especificados a seguir e aprofundados no decorrer do trabalho.

No primeiro capítulo, falaremos um pouco da história da linguagem, da importância que ela tem para que possamos nos comunicar, expressando nossas necessidades e pensamentos; falaremos também sobre a Linguística e as demais ciências, como a Sociolinguística e a Psicolinguística, entre outras, que surgiram para estudar a linguagem e a língua, devido ser um campo muito amplo, permitindo vários níveis de pesquisa e de estudos. Têm-se também as propostas dadas por Saussure e Chomsky para o estudo da língua e da fala, assim como suas grandes contribuições para o estudo das mesmas e para o desenvolvimento da Linguística

No segundo capítulo, abordaremos a história da Língua Portuguesa, partindo da colonização do país após a descoberta do Brasil, quando a Língua Portuguesa foi aqui implantada pelos portugueses como língua oficial, para, a partir daí, seguir nossos estudos e também para melhor compreensão sobre a variação linguística presente nos falantes da Língua Portuguesa. Falaremos também sobre as diferenças existentes entre a Língua Portuguesa do Brasil e a de Portugal, na qual, embora seja a mesma língua, existem diferenças de uma para a outra, assim como também existem diferenças na Língua Portuguesa de um país para outro que também a utilize como língua oficial. Devido a isso, têm-se a tentativa de unificação da Língua Portuguesa, através dos vários acordos ortográficos estabelecidos ao longo de muitos anos e que fora finalizada agora, com a Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa, com entrada em vigor prevista para 2013.

No terceiro capítulo, focaremos mais na variação linguística e nos preconceitos delas provenientes, no qual tem-se o mito da língua única, sem influências, modificações ou variações em sua estrutura. Faremos uma análise das formas de uso e da influência da norma padrão e a não-padrão da Língua Portuguesa, através dos usos das várias gramáticas existentes, como a prescritiva e a normativa, assim caracterizadas por alguns estudiosos renomados da Língua Portuguesa, tendo-se a concepção de que a norma padrão é a única correta e que deve ser empregada por todos os falantes da Língua Portuguesa. A partir desse

juízo, mencionaremos os tipos de variações existentes, assim como as suas causas e motivos de ocorrência, explicando e justificando o porquê da sua existência.

No quarto capítulo, partiremos para uma pesquisa de campo, na qual faremos a análise de uma variação existente na fala da Língua Portuguesa, a marcação do plural, e, a partir dos dados obtidos com as pessoas entrevistadas, faremos uma relação com a realidade e com as possíveis justificativas para sua ocorrência, explicando melhor o efeito da variação presentes na fala da Língua Portuguesa, procurando despertar uma melhor compreensão das pessoas perante a variação linguística e o preconceito.

E por fim, no último capítulo, faremos um breve relato de como a Língua Portuguesa é ensinada nas escolas, os pontos positivos e negativos entre professores e alunos durante o seu ensino. Falaremos também de algumas críticas e sugestões para melhorar o ensino da Língua Portuguesa diante da variação linguística e do preconceito, que muitas vezes são provenientes da própria escola e do próprio professor. Para isso, levamos em consideração os princípios estabelecidos pelos próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), do qual se estabelece como deve ser ensinada a Língua Portuguesa nas escolas.

Para sustentar os rumos desta pesquisa e apoiar a reflexão sobre os dados, foi realizada e utilizada a leitura de estudos pertinentes ao tema, a partir do seguinte referencial teórico: Marcos Bagno (1997) e (2003), Luiz Carlos Cagliari (2007), Domício Proença Filho (2009), Stefânie Arca Garrido Loureiro (2005), Maurício Silva (2009), PCN (2000), Mário Perini (2005), Sírio Possenti (1996), Ferdinand Saussure (1969), Thaís Cristófaró Silva (2002) e Fernando Tarallo (1990). Tal referencial muito contribuiu para o desenvolvimento do nosso trabalho e para a realização do mesmo e esperamos que com que ele possamos alcançar o nosso objetivo de tentar transformar a realidade social, de forma a permitir melhoria da qualidade de vida aos falantes que apresentam a fala estigmatizada, se assim ficar comprovada a variação.

## CAPÍTULO I

### OS ESTUDOS DA LINGUAGEM E DA LÍNGUA

Nós, seres humanos, somos incapazes de viver em sociedade sem comunicação, sem interagir com outros indivíduos. Até mesmo um bebê ao nascer chora para comunicar o seu espanto de vir ao mundo externo, saindo do mundo aconchegante que é o ventre da mãe e vir para o mundo que ele não conhece. Podemos até viver sozinhos em um lugar deserto sem a presença de qualquer outro ser vivo, onde a comunicação não se torne tão necessária, mas aos poucos perceberemos que estaremos comunicando, conversando com nós mesmos, seja de uma forma ou de outra. Basta a presença de qualquer ser vivo ou até mesmo de um objeto para que desperte a nossa vontade e necessidade de nos comunicar, e para que esse ato de comunicação se efetive, precisamos de uma linguagem, de gestos, sinais, símbolos, de uma língua que nós desenvolvemos e manifestamos por meio da fala, alguns gestos, símbolos e sinais.

A língua, segundo a definição de Saussure (1969, p. 17), não se confunde com a linguagem, pois ela é somente uma parte essencial dela, sendo um produto social da faculdade da linguagem, com um conjunto de códigos e convenções necessárias, adotadas pelo corpo social permitindo o uso dela nos indivíduos. O indivíduo, por sua vez, utiliza a fala para expressar a sua língua, fala que, ainda na concepção de Saussure (1969, p. 21), é um ato individual, pois a sua execução jamais é feita pela massa, é sempre individual, e dela o indivíduo é sempre senhor.

Saussure resume a sua definição dada para os fenômenos da linguagem nas seguintes palavras:

A língua é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude dum contrato estabelecido entre os membros da comunidade. (...) A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. (...) Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas. (...) A língua, não menos que a fala, é um objeto de natureza concreta, o que oferece grande vantagem para o seu estudo. (SAUSSURE, 1969, p. 23)

Tendo em vista que a língua é um objeto de estudo, são muitas as ciências que se interessam por estudá-la, assim como também todos os elementos da linguagem. Ainda de acordo com Saussure (1969, p. 27), o estudo da linguagem é realizado em duas partes, sendo que uma delas tem por objeto a língua, que é social e independente do indivíduo, sendo um estudo psíquico e a outra tem por objeto a fala, parte individual da linguagem, sendo um estudo psíquico-físico.

Esses dois objetos são extremamente ligados e implicam mutuamente, sendo a língua necessária para que a fala seja realizada e produza todos os seus efeitos, mas ela também é necessária para que a língua se manifeste.

Enfim, é a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos linguísticos. Existe, pois interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas. (SAUSSURE, 1969, p. 27)

A ciência que propõe estudar todos os fenômenos da linguagem é a Linguística. Segundo Cagliari, a Linguística

está voltada para a explicação de como a linguagem humana funciona e de como são as línguas em particular, quer fazendo o trabalho descritivo previsto pelas teorias, quer usando os conhecimentos adquiridos para beneficiar outras ciências e artes que usam, de algum modo, a linguagem falada ou escrita. (CAGLIARI, 2007, p. 42)

Saussure (1969, p. 13) definiu inicialmente a Linguística como sendo constituída por todas as manifestações da linguagem humana, podendo tratar de povos selvagens ou de nações civilizadas, de épocas arcaicas, clássicas ou em decadência, considerando-se em cada período não só a linguagem correta e a “bela imagem”, mas todas as formas de expressão.

A Linguística, ainda segundo Saussure (1969, p. 7-8), passou por três fases sucessivas antes de reconhecer qual é o seu verdadeiro e único objeto. A princípio, começou pelo o que se chamava de “Gramática”. Inaugurada pelos gregos, baseava-se na lógica e era desprovida de qualquer visão científica, visando unicamente em formular regras para distinguir as formas corretas das incorretas, sendo uma disciplina normativa. Depois, passa-se para a fase denominada “Filologia”, em que a língua não é o seu único objeto, em que desejava fixar,

interpretar, comentar os textos, levando-se a ocupar também da história literária, dos costumes, das instituições, etc., sendo a crítica o seu método próprio. E por último, a “Filologia comparativa” ou “Gramática comparada”, surgida através de Franz Bopp, que aprofundou a ideia de que as línguas pertencem a uma única família, dando início aos estudos de comparações das línguas entre si.

Mas essas comparações entre as línguas possibilitaram a origem de divergências na comparação da linguagem, pois, segundo Saussure (1969, p. 10), a Gramática comparada jamais se perguntou a que levavam as comparações que faziam, o que significavam as analogias que descobria, sendo exclusivamente comparativa em vez de histórica. Esse método acarretou em um conjunto de conceitos errôneos que não correspondem à realidade e que são estranhos às verdadeiras condições de toda linguagem. Foram várias as tentativas de se estabelecer o objeto de estudo da Linguística, em que

somente em 1870 (...) percebeu-se que as correspondências que as unem não passam de um dos aspectos do fenômeno linguístico, que a comparação não é senão um meio, um método para reconstituir os fatos. A Linguística propriamente dita, que deu à comparação o lugar que exatamente lhe cabe, nasceu do estudo das línguas românicas e das línguas germânicas. Os estudos românicos, inaugurados por Diez – sua Gramática das Línguas Românicas data de 1836-1838 –, contribuíram particularmente para aproximar a Linguística do seu verdadeiro objeto. (SAUSSURE, 1969, p. 11)

Então, a tarefa da Linguística a partir daí, segundo Saussure (1969, p. 13), será fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, deduzir as leis gerais que possam referir-se aos fenômenos peculiares da história e, por fim, delimitar-se e definir-se a si própria.

Silva (2005, p. 16) ressalta que a Linguística pode ter um caráter diacrônico ou sincrônico. A Linguística diacrônica, também chamada de Linguística histórica, analisa a linguagem e suas transformações durante um determinado período e a Linguística sincrônica investiga as propriedades linguísticas de uma determinada língua em seu estágio evolutivo atual. Em suas palavras a “Linguística é a ciência que investiga os fenômenos relacionados à linguagem e que busca determinar os princípios e as características que regulam as estruturas da língua.” (SILVA, 2005, p. 16) e para melhor explicar a sua teoria, a autora utiliza as propostas de Saussure e Chomsky para delimitar mais especificamente o objeto de estudo da Linguística.

A proposta de Saussure, segundo Silva (2005, p. 16), é de cunho estruturalista e procura explicitar o objeto de estudo da Linguística de maneira clara e objetiva. Saussure propõe a dicotomia entre língua e fala, na qual para ele a língua constitui um sistema linguístico compartilhado por todos os falantes da língua e a fala expressa as idiosincrasias particulares da língua utilizada por cada falante. Portanto, o linguista busca seu material para análise na fala. Coleta-se um *corpus* e busca-se definir e descrever um sistema linguístico. Assim, a dicotomia entre língua e fala estabelece o objeto de estudo da linguística: a língua. Tal objeto é investigado a partir de material proveniente da fala.

Chomsky, ainda segundo Silva (2005, p. 16), inova a ciência da linguagem ao propor a Gramática Gerativa ou Gramática Transformacional, contribuindo para a mudança de foco teórico e metodológico da Linguística. A proposta teórica gerativa assume que à Linguística interessa o estudo da competência que consiste no conhecimento subjacente e internalizado que o falante tem de sua língua (semelhante à língua de Saussure). O uso que o falante faz de sua língua é denominado desempenho, que é o que Saussure denomina fala. A grande diferença teórica pauta-se no argumento de Chomsky de que o conhecimento linguístico do falante transcende qualquer *corpus*. Para Chomsky, segundo Silva,

os falantes têm um conhecimento ilimitado de sua língua ao criarem e reconhecerem enunciados completamente novos e ao serem capazes de identificar erros de desempenho. A intuição do falante nativo de uma língua é a referência para definir-se os parâmetros gramaticais (em termos de estruturas aceitáveis pela língua). A análise linguística, segundo Chomsky, deve descrever as regras que governam a estrutura da competência. (SILVA, 2005, p. 17)

Silva (2005, p. 17) ainda nos mostra um aspecto importante da proposta teórica de Chomsky que é a postulação de diferentes níveis da gramática e as inter-relações estabelecidas entre a fonologia, a sintaxe e a semântica.

A Linguística possui relações bem próximas com outras ciências e os limites que a separam das outras ciências não são sempre nítidas, mas “todos os outros elementos da linguagem, que constituem a fala, vêm por si mesmos subordinar-se a esta primeira ciência e é graças a tal subordinação que todas as partes da Linguística encontram seu lugar natural.” (SAUSSURE, 1969, p. 26)

Segundo Cagliari (2007, p. 42), dentro do trabalho da Linguística existem várias áreas de interesse e de estudo, dependendo de como é observada a linguagem. Assim, pode-se dividir a Linguística em diversas áreas de estudo como a *Fonética*, *Fonologia*, *Morfologia*, *Sintaxe*, *Semântica*, *Pragmática*, *Análise do Discurso*, *Psicolinguística* e *Sociolinguística*.

Seguindo com as definições de Cagliari (2007, p. 42-44), segue-se uma breve explicação para cada uma dessas ciências, a começar pela *Fonética*, ciência que estuda os sons da fala, preocupando-se com os mecanismos de produção e audição, procurando fazer um trabalho com ênfase no aspecto descritivo da realidade fônica de uma língua, analisando e descrevendo a fala das pessoas da maneira como ela ocorre nas mais variadas situações de vida; já a *Fonologia*, preocupa-se com os sons de uma língua, mas do ponto de vista de sua função e ocupa-se dos aspectos interpretativos dos sons, de sua estrutura funcional nas línguas. Tem-se também a *Morfologia*, que estuda o signo linguístico reduzido a sua expressão mais simples (morfemas) e a combinação entre esses morfemas formando unidades maiores, como a palavra e o sintagma e a *Sintaxe*, que estuda o que se relaciona com a combinação linear de morfemas, explicando a construção das frases.

Dando continuidade, com as definições dadas por Cagliari (2007, p. 45), a *Semântica* preocupa-se com o significado, mostrando que o modo como são ditas certas coisas fazem pressupor outras, a partir do conhecimento possuído de antemão pelo interlocutor. A linguagem é constituída da soma de sons e significados e é aí que a Semântica se interessa pela natureza, função e usos desses significados, estudando não como um dicionário trata as palavras da língua, mas da maneira como os significados ocorrem integrados nos textos falados e escritos. A *Pragmática* volta-se para o que se faz com a linguagem, em que circunstâncias e com que finalidades ela ocorre. A Linguística moderna tem se preocupado cada vez mais com os usos da linguagem e não apenas com a descrição dos sistemas linguísticos e suas estruturas abstratas. A linguagem vive no uso que os falantes fazem dela, na maneira como os interlocutores estabelecem um diálogo, no modo como as pessoas interagem falando, no uso que as sociedades fazem de certos modos de falar para manifestar sua cultura, sua filosofia de vida e até seus

preconceitos. Essa abordagem integrada dos estudos linguísticos com a vida das pessoas constitui a sua preocupação.

Ainda com a divisão da Linguística proposta por Cagliari (2007, p. 46-47), ressalta-se também a *Análise do Discurso* que trouxe grandes contribuições para o ensino de produções de textos e até mesmo para a análise literária. Pessoas diferentes produzem textos diferentes, mas, a partir da análise que se pode fazer deles, o linguista mostra que apesar da criatividade de cada um, há unidades, funções e usos da linguagem que caracterizam certas estruturas e tipos de discurso. Parâmetros como coesão, coerência, argumentação, etc. passam a ter uma descrição e interpretação muito mais precisa e real na análise dos textos. Nos estudos linguísticos da *Análise do Discurso*, entram não apenas aspectos semânticos e literários, mas tudo o que um linguista pode utilizar em termos de som, significado e estrutura para analisar um texto. Por sua vez, a *Psicolinguística*, tem como uma de suas preocupações o processo de aquisição da linguagem pelas crianças. Conhecer a realidade linguística da criança não é apenas verificar se ela fala “certo ou errado”, mas sim descobrir como ela adquiriu esse modo de falar. Interessa-se também pelos processos mentais relacionados com a produção da linguagem, estudando as relações entre pensamento e linguagem. Por outro lado, interessa-se pelo comportamento humano envolvido no uso da linguagem, mostrando a importância dos processos interacionais, na construção e no uso da linguagem. E por último, a *Sociolinguística* que vai mostrar os problemas da variação linguística e da norma culta, ressaltando que linguisticamente não existe o certo e o errado, mas o diferente.

De acordo com Tarallo (1990, p. 07), o iniciador desse modelo teórico-metodológico é o americano William Labov, mesmo não dando a ele a autoria do primeiro sociolinguista a surgir no cenário da investigação linguística, na qual modelos do passado o inspiraram na sua concepção de uma nova teoria. Para o autor, “sociolinguistas são todos aqueles que entendem por língua um veículo de comunicação, de informação e de expressão entre os indivíduos da espécie humana.” (TARALLO, 1990, p. 7)

O modelo de análise proposto por Labov, ainda segundo Tarallo (1990, p. 07), apresenta-se como uma reação à ausência do componente social no modelo gerativo, voltando a insistir na relação entre língua e sociedade e na possibilidade

virtual e real de se sistematizar a variação existente e própria da língua falada. Um dos seus trabalhos mais importantes no estudo dessa relação data de 1963, sobre o inglês falado na ilha de Marthas's Vineyard, no Estado de Massachusetts, Estados Unidos. O seu modelo de análise linguística é também rotulado por alguns de "sociolingüística quantitativa", por operar com números e tratamentos estatísticos dos dados coletados.

Voltando ao pressuposto de que a Sociolinguística estuda os problemas da variação linguística e da norma culta, mostrando que linguisticamente não existe o certo e o errado, mas o diferente, podemos levar em consideração que, segundo Silva,

falantes de qualquer língua fazem reflexões sobre o uso e a forma da linguagem que utilizam. Estes falantes são capazes de fazer observações quanto ao "sotaque" e às "palavras diferentes" utilizadas por outro falante. (...) Qualquer indivíduo pode "falar sobre" a linguagem e discutir aspectos relacionados às propriedades das línguas que conhece. Isto faz parte do "conhecimento comum" das pessoas. (...) Sabemos que falar uma determinada língua implica um conhecimento que certamente transcende o escopo puramente linguístico. (SILVA, 2005, p. 11)

Então, a partir disso, torna-se muito importante conhecer a língua e os fenômenos que compõem a linguagem. Não basta apenas reconhecer as variações históricas da língua, é preciso conhecer todo o processo que levou a essas mudanças e variações na língua, seu processo de formação, sua história, sua utilidade e influência em toda a sociedade.

## CAPÍTULO II

### A LÍNGUA PORTUGUESA E SUAS MODIFICAÇÕES

Todos nós temos uma língua materna, uma língua que falamos no nosso dia-a-dia, que usamos em nossos lares ao interagirmos com nossos familiares e amigos, que utilizamos no trabalho e nas horas de lazer, enfim, que utilizamos como um meio de comunicação para transmitir nossas ideias e pensamentos, para compartilharmos nossos sentimentos, uma língua essencial que sem ela talvez não conseguíssemos sobreviver.

Em nosso país existem muitas outras línguas, como as línguas indígenas e as demais línguas trazidas para cá com os imigrantes coreanos, japoneses, alemães, italianos, etc., desde a descoberta do Brasil, em 1500. Para nós, a maioria dos brasileiros, a língua mais falada e que predomina é a Língua Portuguesa. Língua que veio junto com os colonizadores portugueses, sendo a língua oficial de Portugal até hoje. A instauração da Língua Portuguesa no Brasil deu-se através da colonização do nosso país pelos portugueses, a partir de sua descoberta, em 1500.

A colonização do Brasil, segundo Bagno (1997, p. 26), começou pelo nordeste do país com a cultura da cana-de-açúcar, fazendo dessa região o centro político, cultural e administrativo do Brasil. Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, a capital da Colônia foi transferida para o Rio de Janeiro, assumindo o primeiro lugar em importância econômica, política e cultural do país. Mais tarde passou a compartilhar essa importância com São Paulo, devido à sua grande industrialização. Isso fez com que o português formal empregado pelas classes sociais privilegiadas residentes no triângulo formado pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte começasse a ser considerado o modelo a ser imitado, a norma padrão a ser seguida, o português-padrão do Brasil.

Bagno (2003, p. 77) nos relata um fato importante que instaurou definitivamente a Língua Portuguesa no Brasil, que foi a decisão do primeiro ministro português Marquês de Pombal, em 1575, de proibir o ensino de qualquer outra língua no território brasileiro, somente a Língua Portuguesa poderia ser ensinada. Durante a maior parte do período colonial do Brasil,

a Língua Portuguesa foi de uso minoritário: as línguas realmente mais empregadas por toda a população, inclusive descendentes de portugueses, eram o tupi – no atual estado de São Paulo (capitania de São Vicente) – e o

tupinambá – em toda a costa brasileira, do litoral paulista até o litoral amazônico. Eram duas línguas muito aparentadas entre si. A medida do Marquês de Pombal queria atingir, sobretudo a prática pedagógica dos padres jesuítas, que utilizavam a língua geral amazônica, de base tupinambá, para catequizar os índios brasileiros. (...) O decreto de Pombal constitui o primeiro exemplo dos procedimentos autoritários que caracterizarão as políticas linguísticas no Brasil a partir de então. O português só se tornou a língua majoritária do nosso povo depois de um longo processo de repressão sistemática incluindo o extermínio físico de falantes de outras línguas. (BAGNO, 2003, p. 77-78)

Mesmo com a efetiva instauração da Língua Portuguesa no Brasil, ela possuía e possui até hoje muita diferença da Língua Portuguesa de Portugal. Bagno enumera algumas dessas diferenças:

- Diferenças *fonéticas* (no modo de pronunciar os sons da língua): o brasileiro diz *eu sei*, o português diz *eu sâi*;
- Diferenças *sintáticas* (no modo de organizar frases, as orações e as partes que as compõem): nós no Brasil dizemos *estou falando com você*; em Portugal eles dizem *estou a falar consigo*;
- Diferenças *lexicais* (palavras que existem lá e não existem cá, e vice-versa): o português chama de *salóio* aquele habitante da zona rural, que no Brasil a gente chama de *caipira*, *capiau*, *matuto*;
- Diferenças *semânticas* (no significado das palavras): *cuecas* em Portugal são as *calcinhas* das brasileiras. (...)
- Diferenças no *uso* da língua. Por exemplo, você se chama Sílvia e um português muito amigo seu quer convidar você para janta. Ele provavelmente vai perguntar: “A Sílvia janta conosco?” Se você não estiver acostumada com esse uso diferente, poderá pensar que ele está falando de uma outra Sílvia, e não de você. Porque, no Brasil, um amigo faria o mesmo convite mais ou menos assim: “Sílvia, você quer jantar com a gente?” Nós não temos, como os portugueses, o hábito de falar diretamente com alguém como se esse alguém fosse uma terceira pessoa... (BAGNO, 1997, p. 19)

Com essas diferenças, apesar das várias leis e tentativas até que a Língua Portuguesa se tornasse a língua oficial do Brasil, também foram várias as tentativas de se unificar e igualar a Língua Portuguesa do Brasil e da de Portugal e inclusive de outros países que também têm a Língua Portuguesa como idioma. Mas antes de saber quais são e como foram essas tentativas, é importante que se conheça a origem e história da Língua Portuguesa.

Durante os domínios das províncias pelos romanos, segundo Bagno (1997, p. 41), eles enviavam cidadãos romanos para colonizarem as novas terras conquistadas para o Império. Esse povo não falava o latim clássico, falado pela classe de elite, e sim,

um latim simplificado, com regras mais flexíveis, mais práticas que as do latim clássico. Esse latim do povo recebeu o nome de latim vulgar. Foi esse latim vulgar que os habitantes originais das províncias conquistadas aprenderam, pois seu contato era muito maior com os romanos simples do que com as camadas sociais mais altas do Império. E foi desse latim vulgar

que surgiram, com o passar do tempo, todas as línguas chamadas românicas, entre as quais o português. (BAGNO, 1997, p. 41)

Inúmeras palavras da Língua Portuguesa provêm de palavras latinas, além de muitas outras línguas. Segundo Silva (2009, p. 13), das línguas neolatinas, o português é uma das mais importantes, tendo evoluído a partir do latim, mas recebendo influxo de vários outros idiomas, como o provençal, o galego, o árabe, etc.

Silva (2009, p. 18-19) nos indica que a história do português pode ser dividida em três períodos distintos: o do *português proto-histórico*, indo do século VIII até o século XIII, sendo a época de formação histórica da própria nação portuguesa e de episódios importantes para a sua constituição, destacando as inúmeras transformações pelas quais passou o idioma lusitano, resultando em alterações fonológicas, morfológicas e sintáticas até mantidas no português contemporâneo e com incidência sobre sua ortografia; o do *português arcaico* ou *galego-português*, do século XIII ao século XIV, no qual destaca-se o aparecimento dos primeiros textos escritos em galego-português. Destacam-se também algumas alterações de caráter fonológico, morfológico e sintático da Língua Portuguesa, sendo determinantes para sua atual configuração e de sua ortografia e por fim, o *período moderno*, do século XIV até o século XXI, período em que se produziu o que há de mais importante na literatura portuguesa, além do fato de se terem constituído alguns episódios determinantes para a formação de nosso idioma, como sua expansão para os continentes americano, africano e asiático, sua separação definitiva do galego e autonomia linguística, o aparecimento dos primeiros gramáticos portugueses (Fernão de Oliveira, com *Gramática da linguagem portuguesa*, de 1536, e João de Barros, com *Gramática da língua portuguesa*, de 1540) e a instauração dos primeiros estudos de lexicologia e de filologia.

Com todas essas transformações e a longa história do Português, Silva (2009, p. 15) relata que a ortografia foi um elemento constante e que sempre esteve presente nos momentos de sua consolidação, seja manifestando contra os modos de grafar as palavras do idioma, seja como fenômeno de exploração de uma ideologia e um policiamento linguístico específico de determinada época e/ou grupo social.

Como foi citado anteriormente, há muitas diferenças entre a ortografia da Língua Portuguesa de Portugal e a Língua Portuguesa do Brasil e inclusive também

com a de outros países que utilizam a Língua Portuguesa como idioma. Diante dessas diferenças, foram várias as tentativas de unificação ortográfica da Língua Portuguesa.

Segundo Silva (2009, p. 15), não são recentes as tentativas de unificação, tão pouco são novas as mudanças sofridas pela grafia do Português ao longo de sua existência, sendo possível distinguir pelo menos três momentos marcantes dessas transformações:

um primeiro momento em que a ortografia assentava-se na pronúncia, isto, é uma ortografia fonética (século XIII-XVI); um segundo momento, caracterizado por uma grafia erudita, de natureza pseudo-etimológica (séculos XVI-XIX); e um terceiro momento, em que se privilegiou uma ortografia simplificada, com a eliminação dos fenômenos puramente fonéticos e do eruditismo etimológico (século XX). (SILVA, 2009, p. 15-16)

A necessidade da normatização da ortografia da Língua Portuguesa, de acordo com Silva (2009, p. 16-17), surge exatamente do desejo de se estabelecer alguma ordem no idioma falado por muitos usuários e que tal desordem o incomodava muito. Norteadas também por um sentido de nacionalidade e independência idiomática que ganhara corpo diante das questões ortográficas em discussões no Brasil e em Portugal, adquire foros de legalidade, com a publicação de decretos e a realização de acordos ortográficos. Estabelecer uma unificação ortográfica da Língua Portuguesa sempre foi umas das principais preocupações de gramáticos, intelectuais e políticos diante da grande quantidade de variantes gráficas que ocorriam mesmo nos registros cultos da língua.

Como já mencionado, foram várias as leis e tentativas de unificação da ortografia da Língua Portuguesa até chegarem a um acordo final, com o envolvimento de quase todos os países que utilizam a Língua Portuguesa como língua oficial.

Filho (2009, p. 27-31) enumera algumas dessas tentativas de unificação da Língua Portuguesa. Segundo ele, a história da efetiva sistematização tem como marco a *Ortografia nacional*, do filólogo português José Aniceto Gonçalves Viana, datada de 1904, na qual onde vários estudiosos sem a participação brasileira elaboraram os cânones tornados oficiais e obrigatórios em Portugal, que entrariam em vigor somente em 1911. Em 1907, a Academia Brasileira de Letras aprova o acordo da proposta do acadêmico Medeiros e Albuquerque, datada de 1901, adotando seu sistema que não obteve sucesso. Somente em 1915, o Brasil faz

acordo com Portugal, sendo abandonado em 1919. Propõe-se outro sistema em 1929, novamente sem sucesso.

O primeiro acordo ortográfico relacionado com a Língua Portuguesa comum só foi efetivamente firmado em 1931, entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa, assinado por Getúlio Vargas, sendo obrigatório o seu uso a partir de 1933, sendo abandonada novamente devido às propostas modernistas. Mas, em 1938 foi restabelecida a vigência do texto de 1931 decretada por Getúlio Vargas, agora ditador.

Em 1940, a publicação do *Vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa*, por Rebelo Gonçalves, e, em 1943, do *Pequeno vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa*, pela Academia Brasileira de Letras, evidenciam ainda mais as diferenças da Língua Portuguesa entre os dois países. Diante disso, promovem a Convenção Ortográfica Luso-brasileira, em 1945 e conduzem a elaboração do *Vocabulário ortográfico resumido*. Porém, o Congresso brasileiro não ratifica esse acordo, permanecendo fiel aos critérios do *Pequeno vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa*, posteriormente se restabelecendo em 1955. Portugal adota oficialmente as normas de 1945, estendendo também aos países africanos.

É elaborado mais um projeto com algumas modificações em 1967, sendo exaustivamente discutido e avaliado durante quatro anos por várias entidades, tendo a sua aprovação em 1971 e entrando em vigor em 1972, porém em 1973, Portugal promulga nova lei que acrescenta mudanças às normas de 1945.

Em 1975, Brasil e Portugal elaboram outro projeto, mas, motivos de caráter político impedem a sua aprovação oficial. Os esforços prosseguem e, em maio de 1986, mais uma tentativa de uniformização da Língua Portuguesa. Brasil e Portugal juntamente com os países Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau tentam aderir a esse novo acordo, mas medidas consideradas muito drásticas impedem que entre em vigor e não vai adiante.

Negociações em torno de mais um projeto de simplificação mobilizam em 1989 os mesmos países e com a participação de todos em sua elaboração, tendo como base o acordo de 1975 e 1986, considerando as divergências a ambos vinculados, resultando num texto final, assinado em Lisboa, em 1990 e previsão de entrada em vigor em 1994, sendo prorrogado para 1998, por força de incompatibilidade entre data de aprovação e entrada em vigor e também devido à adesão do país Timor Leste no acordo.

Alguns países passam a aderir ao acordo aos poucos. Em 2005, Cabo Verde adere à proposta. Em 2006, São Tomé e Príncipe também adere ao acordo. Em 2008, Portugal aprova o acordo, sancionando o documento para entrada em vigor a partir de 2009 e por último o Brasil, também em 2009, com a mesma data de vigência e prazo de adaptação estendido até 31 de dezembro de 2012.

Como pudemos perceber, ao longo do século XX ocorreram em torno da Língua Portuguesa, segundo Silva (2009, p. 21), algumas de suas mais contundentes disputas linguísticas, principalmente no que diz respeito à ortografia e suas inúmeras propostas de unificação. O mais Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

(...) consiste num documento que institui a vigência de novas regras ortográficas às nações que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Trata-se de um acordo que contém uma primeira parte destinada às disposições que estabelecem, entre outras coisas, a obrigação de os países signatários aprovarem um vocabulário comum que deverá entrar legalmente em vigência; e uma segunda parte que apresenta as regras ortográficas, divididas em 21 bases. (SILVA, 2009, p. 22)

Todas essas tentativas de unificar a Língua Portuguesa só nos mostra que não existe uma língua uniforme, imutável, que nunca tenha sofrido alguma alteração, visto que, as alterações de uma língua deram origem a muitas outras línguas. Se formos analisar a própria Língua Portuguesa, veremos que ela não é igual em todo o país, que possuem algumas e até mesmo muitas diferenças de uma região para outra, de uma pessoa para outra, de uma época para outra, enfim diversas diferenças podem ser encontradas por diversos motivos.

Assim como cada país possui a sua língua, dentro de uma mesma língua pode haver muitas outras “línguas”, ou seja, diversas maneiras de dizer uma mesma coisa. Segundo Tarallo (1990, p. 08), em toda comunidade de fala são frequentes as formas linguísticas em variação, sendo que a essas formas em variação dá-se o nome de “variantes”. “Variantes linguísticas são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de ‘variável linguística’”. (TARALLO, 1990, p.08)

Como já foi dito, cada região, cada comunidade de fala possui a sua forma de falar, o seu “dialeto”, mesmo que falem a mesma língua. E cada indivíduo também possui a sua própria forma de falar, possui a “sua língua”, a sua fala individual, o que é denominado “idioleto”.

Devido a essa grande variedade de dizer a mesma coisa, em lugares diferentes e por pessoas diferentes é que surgiu a necessidade de se estabelecer uma norma padrão, um modelo a ser seguido, como ocorreu com a unificação da Língua Portuguesa com as várias tentativas e a finalização do último Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Têm-se normas e regras a serem seguidas e quem não as segue é considerado como desvio, tudo que foge à norma é taxado como erro. A princípio, nem sempre falamos como escrevemos, apesar de conhecermos a língua através da escrita, como sugere Saussure (1969, p. 33-37), mas a língua evolui e a escrita permanece imóvel, intacta, donde conclui-se que a escrita não impede a modificação da língua. Falamos da maneira que consideramos melhor e nem sempre a escrita nos permite isso, já que a escrita tem a tendência a seguir as normas padrão estabelecidas.

E ao agirmos dessa maneira podemos perceber que sempre haverá uma explicação para ela. Conhecer o processo de transformação da Língua Portuguesa é fundamental para entendermos e aceitarmos as variações na língua. E conhecer quais as origens e causas das variações assim como os tipos de variações existentes nos levará a compreender e aceitar mais ainda essa grande variedade presente em nossa língua.

### CAPÍTULO III

#### A VARIAÇÃO E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO: PORTUGUÊS PADRÃO X PORTUGUÊS NÃO-PADRÃO

Todos nós sabemos que necessitamos nos comunicar para que possamos garantir a nossa sobrevivência, e cada um de nós utiliza uma língua, muitas vezes denominada e considerada língua materna. Para que essa comunicação ocorra, geralmente utilizamos as línguas oficiais de nosso país, sendo que cada país possui a sua língua oficial, o que não impede que sejam utilizadas outras línguas, como visto anteriormente. Vimos também que a língua modifica-se ao longo do tempo e não permanece sempre a mesma, segundo Cagliari, “se transformam e vão adquirindo peculiaridades próprias em função do seu uso por comunidades específicas” (CAGLIARI, 2007, p. 81).

Com isso, derruba-se o mito de que existe uma língua única, imutável, invariável, como pensamos ser cada língua que conhecemos, em especial a Língua Portuguesa, língua oficial do Brasil. Além de termos várias línguas espalhadas por todo o mundo, podemos encontrar grandes variedades linguísticas dentro de uma mesma língua. Podemos encontrar essa ocorrência aqui mesmo no Brasil, onde convivemos com essa grande variedade linguística o tempo todo e muitas vezes nem nos damos conta. Perini (2005, p. 36), como mencionado anteriormente, nos indica que o Brasil possui duas línguas, uma que se escreve, que é a denominada norma padrão da Língua Portuguesa, e a outra que se fala, muito diferente da escrita e que é tão desprezada e nem nome possui, o qual ele mesmo a denomina de “vernáculo brasileiro”. É justamente esse vernáculo brasileiro que iremos tratar nesse capítulo.

Primeiro partiremos do pressuposto de que conhecemos nossa língua através da escrita, como indica Saussure. Para o linguista,

mesmo no caso de nossa língua materna, o documento intervém a todo instante. Quando se trata de um idioma falado a alguma distância, ainda mais necessário se torna recorrer ao testemunho escrito; e com mais razão no caso de idiomas que não existem mais. (SAUSSURE, 1969, p. 33)

Língua e escrita, segundo Saussure (1969, p. 34-35), são dois sistemas de signos distintos, em que a escrita é a representação da língua. A língua possui uma

tradição oral independente da escrita e é fixa, mas o prestígio da forma escrita nos impede de vê-lo. A escrita nos impressiona como um objeto permanente e sólido, mais adequado do que o som para constituir a unidade da língua através dos tempos, e as impressões visuais são mais nítidas e mais duradouras que as impressões acústicas impostas pelo som durante a fala. Por isso, a grande importância do uso de livros e textos literários para representar a língua, e os dicionários, juntamente com as gramáticas, são utilizados como modelo para o estudo e representação da língua. Acredita-se que a língua se altere mais rapidamente quando não há a escrita, mas isso não é correto, uma vez que a escrita pode retardar as modificações da língua, mas não impede que ela se modifique.

A língua evolui sem cessar, ao passo que a escrita tende a permanecer imóvel. Segue-se que a grafia acaba por não mais corresponder àquilo que deve representar. Uma notação, coerente num momento dado, será absurda um século mais tarde. Durante certo tempo, modifica-se o signo gráfico para conformá-lo às mudanças de pronúncia, mas depois se renuncia a isso. (SAUSSURE, 1969, p. 37)

É colocada em questão também a utilização de textos literários para o estudo e representação da língua como exemplos a serem seguidos, pois esses textos fazem parte e são construídos com base na norma padrão da Língua Portuguesa, normas que são tidas como modelo ideal para representarem a língua e serem seguidas por falantes e escritores da Língua Portuguesa. Essas normas são as mesmas apresentadas anteriormente na questão de unificação da Língua Portuguesa, estabelecendo-se normas e regras para o uso correto da língua em todos os países que possuem a possuem como idioma. Essa norma padrão da Língua Portuguesa também recebe a denominação de Norma Culta que, segundo Bagno, “circula livremente nos jornais, na televisão, na internet, nos livros didáticos, na fala dos professores, nos manuais de redação das grandes empresas jornalísticas, nas gramáticas, nos textos científicos sobre língua etc.” (BAGNO, 2003, p. 42)

Mas o mesmo autor ainda nos mostra sobre o que vem a ser essa norma culta, questionando se ela deve referir-se ao que é normal, frequente e habitual ou ao que deveria ser, sendo normativo, elaborado às regras impostas. Para Bagno (2003, p. 43), a norma culta trata-se mais de um preconceito do que de um conceito propriamente dito, preconceito de que existe uma única maneira “certa” de falar a

língua, com aqueles conjuntos de regras e preceitos que aparecem nos livros de gramática baseados exclusivamente na escrita e em textos literários clássicos.

A partir dessa concepção, Bagno (2003, p. 46) nos explica que a origem da norma culta e do preconceito linguístico ocorreu com o surgimento da gramática, por volta do século III a.C, criada por filósofos e filólogos gregos.

Foram eles e seus seguidores, de fato, que plantaram as sementes do preconceito linguístico, que iam dar tantos e tão amargos frutos ao longo dos séculos seguintes. Foram eles que sacralizaram na cultura ocidental o mito de que existe “erro” na língua, principalmente na falada. Por isso, até hoje, as pessoas julgam a língua falada usando como instrumento de medição a escrita literária mais consagrada: qualquer regra linguística que não esteja presente na grande literatura (e como são numerosas essas regras!) é imediatamente tachada de “erro”. (BAGNO, 2003, p. 46-47)

Com a criação da gramática pelos gregos é que surge e passa-se a utilizar a norma culta e padrão da Língua Portuguesa, sendo considerada a única forma correta e eficiente da língua, com o pressuposto de que ela deve ser seguida sempre e sem nenhum erro. Diante desse conceito de gramática, vários autores possuem as suas definições e divisões para a gramática e para o uso da mesma. Iremos conhecer as definições de alguns desses escritores, a começar pela definição de Saussure (1969, p. 07), da qual considera que a gramática é baseada na lógica e desprovida de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua, visando unicamente formular regras para distinguir as formas corretas das incorretas, sendo uma disciplina normativa e muito afastada da pura observação.

Essa concepção da gramática sempre foi assim, desde o seu surgimento, como informa Loureiro (2005, p. 84). Inicialmente, a gramática foi escrita para registrar as manifestações linguísticas usadas por aqueles que eram considerados grandes escritores, a fim de que pudessem ser conhecidas, descritas e fixadas como regras, sendo subordinada à língua oral. Com o passar do tempo, tornou-se instrumento de poder e controle, e, a partir disso, esqueceu de que ela é decorrente da língua oral, ocorrendo uma inversão na qual ela passa a ser apresentada como um modelo único, absoluto e deve ser usada pelos falantes e escritores. Nesse contexto, a língua subordina-se à gramática, e o que foge dela é considerada como erro.

Ainda seguindo com as definições dadas para a gramática por diferentes autores, faz-se jus conhecer a definição dada por Bagno, na qual ele estabelece três

tipos de normas, levando em consideração também as grandes variedades presentes na língua:

1. A primeira é a “norma culta” dos prescritivistas, ligada à tradição gramatical normativa, que tenta preservar um modelo de língua ideal, inspirado na grande literatura do passado.
2. A segunda é a “norma culta” dos pesquisadores, a língua realmente empregada no dia-a-dia pelos falantes que têm escolaridade superior completa, nasceram, cresceram e sempre viveram em ambiente urbano.
3. A terceira é a “norma popular”, expressão usada tanto pelos tradicionalistas quanto pelos pesquisadores para designar um conjunto de variedades linguísticas que apresentam determinadas características fonéticas, morfológicas, sintáticas, semânticas, lexicais etc. que nunca ou muito raramente aparecem na fala (e na escrita) dos falantes “cultos”. (BAGNO, 2003, p. 63-64)

Partindo desses pressupostos, Bagno (2003, p. 64) considera que a norma padrão serve apenas para designar algo que está fora e acima da atividade linguística dos falantes e não corresponde a nenhum conjunto concreto de manifestações linguísticas regulares e frequentes. Para ele,

É uma norma, no sentido mais jurídico do termo: ‘lei’, ‘ditame’, ‘regra compulsória’ imposta de cima para baixo, decretada por pessoas e instituições que tentam regradar, regular e regulamentar o uso da língua. E é também um padrão: um modelo artificial, arbitrário, construído segundo critérios de bom-gosto vinculados a uma determinada classe social, a um determinado período histórico e num determinado lugar. (BAGNO, 2003, p. 64-65)

Outros autores também possuem as suas definições. Eles utilizam somente dois termos para descrever e definir a Gramática, mas também não deixam de destacar as variações da língua, como é o caso de Silva (2005, p. 15), que distingue *Gramática prescritiva* ou *normativa* e *Gramática descritiva*. A Gramática prescritiva ou normativa, segundo Silva (2005, p. 15-16), é aquela que determina as regras e normas a serem seguidas, e a Gramática descritiva é aquela que tem por objetivo descrever as observações linguísticas atestadas entre os falantes de uma determinada língua, sem prescrever normas ou definir padrões em termos de julgamentos correto-incorreto, buscando apenas documentar a língua tal como ela se manifesta.

Partindo dessas mesmas definições de Gramática, têm-se também as definições dadas por Cagliari (2007, p. 38), em que ele destaca que a Gramática normativa foi, num primeiro momento, uma gramática descritiva de um dialeto, de uma língua. Depois a sociedade fez dela um corpo de leis para reger o uso da

linguagem. Por Gramática descritiva, ele a define como uma descrição de como a língua funciona e de seus usos, contendo o conjunto de regras sobre o funcionamento de uma língua, através de suas realizações concretas nos seus dialetos.

Foram abordadas essas diversas definições, embora muito parecidas, para que pudéssemos perceber o quanto o estudo da linguagem é complexo, pois ela não é e nunca foi estável, sempre sofrendo influências e modificações em sua estrutura.

Mas infelizmente são poucas as pessoas que sabem disso, ou pelo menos muitos fingem não saber ou não aceitam essas mudanças, essas diferenças, considerando tudo errado, todas as formas de expressão que não seguem essas normas padrões estabelecidas pela gramática normativa. É a partir dessa não aceitação que se inicia o preconceito linguístico.

De acordo com Bagno (1997, p. 23), usa-se a tão chamada norma culta da Língua Portuguesa, a norma padrão, com essas regras e normas estabelecidas, decretadas por pessoas e instituições que tentam regram, regular e regulamentar o uso da língua. Essa norma padrão é ensinada nos estabelecimentos de ensino e escolas públicas e particulares para todas as crianças, jovens e adultos do país. Normas que são seguidas somente pelos fanáticos e paranóicos gramáticos e linguistas e até mesmo pelos professores de escolas.

Têm-se a definição de falantes cultos, na qual é feita a clara constatação de que só são falantes cultos aqueles que seguem a norma padrão da Língua Portuguesa, quem não as segue é tido e considerado como inculto. Bagno nos descreve uma situação muito interessante para melhor explicar esses termos de culto e inculto:

Quando alguém diz que uma determinada 'norma', que uma determinada maneira de falar e de escrever é culta, automaticamente está deixando entender que todas as demais maneiras de falar e de escrever não seriam cultas – seriam, portanto, incultas. (...) Esse par de antônimos acaba provocando a inevitável associação com todos os sentidos possíveis capazes de se abrigar no senso comum, por trás da palavra inculto: 'rude', 'tosco', 'grosseiro', 'bronco', 'selvagem', 'incivilizado', 'cru', 'ignaro', 'ignorante' e por aí vai, e vai longe... (BAGNO, 2003, p. 64-65)

Como já foi mostrado por Perini (2005, p. 36), no Brasil há duas línguas: uma que se escreve, que é a denominada norma padrão da Língua Portuguesa, e a

outra que se fala, muito diferente da escrita e que é tão desprezada e nem nome possui e que ele mesmo a denomina de “vernáculo brasileiro”. É esse vernáculo brasileiro que é vítima de preconceitos pela maioria das pessoas.

Silva (2005, p. 12) define esse mesmo vernáculo como variantes estigmatizadas, ou seja, variantes desprezadas por muitas pessoas, e denomina variantes de prestígio as variantes que seguem a norma padrão e são tão apreciadas pela maioria das pessoas (pelo menos por aquelas que se julgam cultas). Bagno (1997, p. 28) utiliza a definição de Português Padrão (PP) para todos aqueles vernáculos que seguem a norma padrão da Língua Portuguesa e de Português não-padrão (PNP) para aquele vernáculo que não segue as normas padrão da Língua Portuguesa. São com essas definições que seguiremos nossa análise das variações linguísticas presentes nos falantes da Língua Portuguesa.

Possenti (1996, p. 35) destaca que a língua é tida como um meio de identificação social e até mesmo para identificar a classe social a qual a pessoa pertence. É através das falas que iremos perceber traços característicos de um indivíduo como também a sua classe social. Muitas pessoas comparam suas falas, principalmente quando há algum erro. Essas comparações acontecem principalmente entre classes diferentes e geralmente de uma classe de nível maior para outra de nível menor. E por incrível que pareça, esses preconceitos ocorrem por pessoas que possuem um bom nível de escolaridade e, devido a isso, deveriam ser mais compreensíveis perante a variação linguística, sendo que muitos insistem em apenas considerá-la como erro.

Com essa comparação, pode-se chegar à errônea constatação de que o PP é falado por pessoas que possuem algum grau de instrução, nível de escolaridade e mais ainda por pessoas que possuem nível superior, tendo mais dificuldades em aceitar essas variações da língua presentes na fala. Em relação ao PNP, segundo Bagno (1997, p. 28), ele é mais falado pela grande maioria pobre e analfabeta. É também a língua das crianças pobres e carentes que frequentam as escolas públicas. Conforme o autor,

por ser utilizado por pessoas de classes sociais desprestigiadas, marginalizadas, oprimidas pela terrível injustiça social que impera no Brasil, (...) o PNP é vítima dos mesmos preconceitos que pesam sobre essas pessoas. Ele é considerado ‘feio’, ‘deficiente’, ‘pobre’, ‘errado’, ‘rude’, ‘tosco’, ‘estropiado’. (BAGNO, 1997, p. 28)

Com isto, podemos perceber que se utiliza o fator escolarização para fazer a diferenciação e definição entre PP e PNP, no qual quem possui mais escolaridade é considerado mais culto que aquele que possui menos escolaridade. Bagno explica essa situação, dizendo que

o acesso à escolarização formal acompanha a péssima distribuição da riqueza nacional. Em muitos países, mesmo as pessoas das camadas sociais menos privilegiadas têm acesso à educação formal. Nesses lugares existe uma verdadeira democratização do ensino. No Brasil isso já não acontece. Aqui, embora o ensino primário seja obrigatório por lei, quanto mais pobre o cidadão, menor é a sua chance de conseguir estudar. E quanto menor o índice de escolaridade, menor as possibilidades de conseguir um emprego bem remunerado. Por isso, temos uma multidão de pobres e miseráveis, vivendo em condições subumanas, que são ao mesmo tempo uma multidão de analfabetos. (BAGNO, 1997, p. 28)

Essa grande desigualdade social em que o país vive leva as pessoas possuírem estudos muitos escassos e até mesmo a não possuírem. Há uma grande concentração de riqueza nas mãos da minoria das pessoas, enquanto que a maioria vive na miséria, sendo privado de todos os tipos de conforto e educação que uma pessoa de nível elevado possui. Aqueles que concentram a riqueza não conhecem a realidade daqueles que muitas vezes não têm um prato de comida na mesa para comer, sendo necessário trabalhar em condições horríveis para conseguir seu sustento e de toda a sua família, e, na maioria das vezes, têm que abandonar os estudos para poderem trabalhar. E por não conhecerem essa realidade, ou muitas vezes conhecerem e fingirem não conhecer, se acha no direito de repudiar a fala dessas pessoas.

Essa relação de comparação da fala perante as classes sociais leva Bagno (2003, p. 16) a concluir que o preconceito linguístico não existe, que o que existe de fato é um profundo e entranho preconceito social. Segundo ele,

se discriminar alguém por ser negro, índio, pobre, nordestino, mulher, deficiente físico, homossexual etc. já começa a ser considerado “publicamente inaceitável” (...) e “politicamente incorreto” (...), fazer essa mesma discriminação com base no modelo de falar da pessoa é algo que passa com muita “naturalidade”, e a acusação de “falar tudo errado”, “atropelar a gramática” ou “não saber português” pode ser proferida por gente de todos os espectros ideológicos, desde o conservador mais empedernido até o revolucionário mais radical. (BAGNO, 2003, p. 16)

Bagno ainda ressalta que a língua constitui a identidade individual e social de cada um, “nós somos a língua que falamos”. (BAGNO, 2003, p. 17) Fazer essa diferenciação de fala entre classes sociais diferentes leva Bagno a afirmar que

não existe um ser humano que não esteja vinculado a uma cultura, que não tenha nascido dentro de um grupo social com seus valores, suas crenças, seus hábitos, seus preconceitos, seus costumes, sua arte, suas técnicas, sua língua... (...) só se considera culto aquilo que vem de determinadas classes sociais, as classes sociais privilegiadas. Quando dizemos que uma pessoa é muito “culto”, que tem muita “cultura”, estamos dizendo que ela acumulou conhecimentos de uma determinada modalidade de cultura, uma entre muitas: no caso, a cultura baseada numa escrita canonizada, a cultura livresca, a cultura que é fruto da produção intelectual e artística valorizada pelas classes sociais favorecidas, detentoras de poder político e econômico. (BAGNO, 2003, p. 58-59)

Diante dessa concepção, vale complementar que quando um falante “culto” se depara com o uso do PNP, de acordo com Bagno (1997, p. 32), sua primeira reação é considerá-lo como português corrompido, errado, e essa noção de erro é muito cômoda para ele porque ele não deseja ir mais fundo e descobrir as verdadeiras razões da existência do PNP. Essa não aceitação leva-se a considerar a questão do diferente, do outro. É difícil para o falante suportar a existência e conviver com tantos não-eu.

Além do preconceito entre classes diferentes, há também aqueles que discriminam o seu próprio modo de falar, as suas próprias variedades linguísticas. De acordo com Bagno (2003, p. 76), existe o preconceito de dentro da elite para fora dela, contra os que não pertencem a ela; e de dentro da elite para ao redor de si mesma, contra seus próprios membros. Tem também a concepção de que o brasileiro não sabe falar português, que somente os portugueses sabem falar corretamente a Língua Portuguesa, mas vimos anteriormente que, apesar de serem bem diferentes, são a mesma língua, elas apenas sofreram influências diferentes e com intensidades maiores uma da outra.

A questão da não aceitação do diferente, do erro, considerado linguisticamente como variação, nos impede de conhecer os principais motivos que levam a ocorrer as variações, pois cada variação pode ser explicada cientificamente. Para compreender esses motivos, primeiramente temos que saber os tipos de variações existentes.

### 3.1 – Variações linguísticas: causas e suas tipologias

Ao determinarmos os tipos de variações existentes, tem-se uma constatação muito importante, abordada por Saussure (1969, p. 167-169), na qual ele ressalta que as mudanças na língua não ocorrem semanticamente, ou seja, na significação das palavras, e sim foneticamente, em relação à maneira como elas são pronunciadas de acordo com o seu som. E para as palavras mudarem foneticamente, Saussure (1969, p. 171-176) enumera algumas causas que levam a ocorrer essas mudanças fonéticas. A primeira causa que ele relata relaciona-se com a raça, ou seja, a questão da Antropologia comparada, em que o aparelho fonatório varia de uma raça para a outra, mas após algumas constatações ele descarta essa possibilidade. Outra causa que ele descarta são as condições do solo e do clima, embora elas possam ter alguma influência na língua. Saussure destaca também a lei do menor esforço, em que se substituem duas articulações por uma só, ou uma articulação difícil por outra mais cômoda. Outra causa destacada por ele é a educação fonética na infância:

uma explicação bem acolhida há já alguns anos atribui as mudanças de pronúncia à nossa educação fonética na infância. É ao cabo de muitos tentos, tentativas e retificações que a criança chega a pronunciar o que ouve em torno de si; nisso estaria o germe das mudanças; certas inexatidões não corrigidas predominariam no indivíduo e se fixariam na geração que cresce. (SAUSSURE, 1969, p. 173)

Outra causa relatada por Saussure é a influência de acontecimentos históricos, como visto anteriormente, em que a história influencia e fixa a língua. Saussure relata que se buscava uma dessas causas determinantes no estado geral da nação num dado momento.

Umhas épocas mais movimentadas que outras: pretende-se relacioná-las com os períodos agitados da história exterior e descobrir, dessarte, um vínculo entre a instabilidade linguística; isso feito, acredita-se poder aplicar as mudanças fonéticas as conclusões concernentes à língua em geral. Observa-se, por exemplo, que os mais graves transtornos do latim, na sua passagem para as línguas românicas, coincidem com a época assaz revolta das invasões. (SAUSSURE, 1969, p. 174)

Saussure (1969, p. 174) relata também a influência de povos colonizadores, recorrendo-se à hipótese do “substrato linguístico anterior”, em que as transformações seriam devidas a invasores. É admissível e bastante natural que as

populações anteriores introduzam na língua algo dos hábitos fônicos dos povos invasores. E por fim, Saussure relata uma última explicação que assimila as mudanças fonéticas às mudanças da moda, que segundo ele,

ninguém as explicou; sabe-se somente que dependem das leis de imitação que preocupam deveras os psicológicos. Todavia, se semelhante explicação não resolve o problema, tem a vantagem de fazê-lo ingressar noutra mais vasto: o princípio das mudanças fonéticas seria puramente psicológico. (SAUSSURE, 1969, p. 175)

Vale ressaltar que todas essas mudanças propostas por Saussure (1969, p. 176) não ocorrem de uma só vez, cada mudança possui várias etapas e há um longo processo até chegar ao estágio atual. A diversidade geográfica foi a primeira comprovação feita em Linguística, determinando a forma inicial da pesquisa científica em matéria de língua. Para Saussure, é surpreendente, durante os estudos da língua, perceber a sua diversidade, as diferenças linguísticas que se apresentam quando se passa de um país a outro, ou mesmo de um distrito a outro, ou seja, perceber a grande variação existente de uma mesma língua utilizada em países ou lugares diferentes. Além disso, ao verificarmos dois idiomas diferentes, somos levados a fazer analogias entre eles, comparando um idioma com o outro, buscando semelhanças e/ou diferenças entre eles, e essa atitude é espontânea do homem ao utilizar a língua.

Essas causas das variações podem ser definidas, segundo alguns autores, como causas centrífugas ou internas e centrípetas ou externas. De acordo com as definições de Bagno,

as forças internas da língua que impulsionam ela no rumo da mudança são forças centrífugas, isto é, forças que levam os elementos da língua a se afastar (a fugir) de suas formas-funções novas. Este é um movimento ininterrupto: qualquer língua viva do mundo, neste exato momento, está em processo de mudança, mesmo que isso seja imperceptível para os seus falantes, muito embora sejam eles mesmos os responsáveis pela mudança – aliás, afirmar que “toda língua muda com o tempo” é uma inexatidão: na verdade, como é impossível separar a língua de quem a fala, os falantes é que mudam a língua, é que moldam a língua, ainda que não tenham consciência disso. No que diz respeito ao ambiente social, podemos notar que é comum existir, na sociedade, forças centrípetas que agem sobre a língua, isto é, forças que puxam a língua para o centro, que refreiam a língua, quem tentam conter seu impulso de mudanças. Essas forças são exercidas pelas instituições sociais, que de maneira explícita ou não, oficial ou não, tentam impor algum controle sobre os destinos do idioma. (BAGNO, 2003, p. 122)

E umas dessas principais instituições destacadas por Bagno (2003, p. 122-123), além de muitas outras existentes, é a escola, na qual todos os seus níveis tenta dar aos cidadãos uma educação sistematizada, programada de acordo com currículos definidos pelas instâncias oficiais. Mas Bagno (1997, p. 25) ainda nos fala que os motivos que levam determinadas variedades a servir como modelo padrão não estão relacionados com as qualidades intrínsecas, internas, linguísticas destas variedades. Para ele, todas as variedades de uma língua têm recursos linguísticos suficientes para desempenhar sua função de veículo de comunicação, de expressão e de interação entre seres humanos e que esses termos só servem de base para o padrão.

Após conhecermos as causas das variações linguísticas postadas por Saussure, é necessário também conhecer os tipos de variações linguísticas existentes, e, para isso, utilizaremos as definições dadas por Silva (2005, p. 13). A primeira diferenciação que a autora faz é sobre a fala do homem e da mulher, a partir da variação do sexo (masculino e feminino), em que há expressões que a mulher utiliza em sua fala e o homem não e vice-versa. Não há marcas gramaticais, palavras específicas ou padrões de entoação que sejam somente utilizados por falantes de um único sexo, embora podemos encontrar isso em algumas línguas e até mesmo na Língua Portuguesa. Em relação a essa questão de diferenças entre sexos, Possenti nos traz uma colocação muito importante, indicando que

pesquisas feitas em vários países mostram que há uma diferença na fala de homens e mulheres, por exemplo. A fala das mulheres é mais semelhante à norma culta do que a dos homens. Isso seria resultado de um comportamento linguístico mais “correto” por parte das mulheres, comportamentos que resultam de valores que fazem com que esperemos comportamentos diferentes por parte dos homens e mulheres, sendo que esperamos comportamentos mais corretos (o que quer que sejam) por parte das mulheres. Comportar-se como homem, em nossa sociedade, inclui ser menos correto do que uma mulher (menos gentil, menos educado, mais descuidado). O resultado de tais valores é que, para um homem, falar corretamente é mais ou menos como usar uma saia (...) (POSSENTI, 1996, p. 36-37)

Além da variante de sexo, temos as variantes etárias, também expostas por Silva (2005, p. 14), em que pessoas mais jovens possuem um dialeto mais diferenciado das pessoas mais idosas, que, por sua vez, têm sua fala mais aproximada da norma padrão por manterem em suas falas o que aprenderam em toda sua vida. E, por último, Silva relata as variantes formais e variantes informais,

que se trata de dialetos próprios para cada situação de uso, possuindo falas mais apropriadas para ambiente e situações mais formais, como trabalho, reuniões, etc. e falas para situações menos formais, como festas, namoro, etc.

São inúmeros os tipos de variedades existentes na língua, e, de acordo com Bagno (1997), temos também as variedades de gênero, urbanas, rurais, socioeconômicas e nível de instrução, que são as mais evidentes e vítimas de preconceitos.

Enfim, conhecer todas essas variações e os preconceitos que delas provêm, os tipos de variações e as causas que levam a ocorrerem são fundamentais para compreender a nossa língua, principalmente quando nos deparamos com a variação, que geralmente e quase sempre todos nós a definimos como erro. Mas todos esses “erros” podem ser explicados cientificamente ou por qualquer outro motivo.

Segundo Cagliari (2007, p. 38), a linguagem é um fenômeno dinâmico e as línguas mudam com o tempo. Portanto, é interessante conhecer e estudar a história das gramáticas e observar como as línguas podem mudar e sofrer muitas influências em sua constituição. Bagno (1997, p. 35) complementa essa mesma questão dizendo que recorrer à história da língua é uma tentativa de mostrar que a Língua Portuguesa, em todas as suas variedades, continua em transformação, caminhando para as formas que terá daqui a algum tempo.

É com todas essas concepções que analisaremos um tipo de variação linguística, a marcação do plural, e com isso veremos algumas explicações para a sua ocorrência, com base em explicações e teorias de alguns autores e pesquisadores da língua. A partir daí veremos melhor como aceitar e lidar com as diferenças na fala, com a variação e conseqüentemente com o preconceito que erroneamente é denominado de linguístico.

## CAPÍTULO IV

### A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA MARCAÇÃO DO PLURAL DOS FALANTES DE LÍNGUA PORTUGUESA: UM ESTUDO DE CASO

Vimos até agora o quanto a Língua Portuguesa é repleta de variações, não só no seu contexto histórico, em que houve diversas transformações em sua estrutura, mas também entre seus falantes, sendo que cada um possui a sua maneira de falar, o seu jeito de falar, o chamado idioleto. Além das variações existentes de um falante para outro, podemos encontrar também uma infinidade de tipos de variações entre gênero, sexo, idade, escolaridade, regionalidade, status social e econômico, ambiente, contexto, finalidade, entre muitos outros que podem ser explicados e até mesmos justificados cientificamente. E podemos perceber ainda que não falamos sempre da mesma forma em todas as ocasiões e nem para públicos diferentes. Adaptamos a nossa fala, fazendo uso ou não da norma padrão da Língua Portuguesa, de acordo com o contexto em que nos encontramos e com a finalidade que queremos alcançar com a nossa fala, com a mensagem que queremos transmitir e com os objetivos e metas que queremos seguir.

Com essa grande variedade linguística existente na Língua Portuguesa é que se faz necessária a análise de uma variação linguística presente nos falantes da Língua Portuguesa a fim de constatarmos a sua existência, as suas formas de ocorrência e possíveis explicações e justificativas para a mesma. Partindo desse pressuposto, analisaremos a marcação do plural nos falantes da Língua Portuguesa, e, através dessa análise, levantaremos dados estatísticos e comprobatórios da sua existência, usando comparações de diversos fatores que podem influenciar na fala das pessoas, ocasionando a variação linguística.

A análise da marcação do plural parte de uma pesquisa de campo realizada na Escola Estadual Padre Ezequiel Ramin, do município de Juina, localizado na região noroeste do Estado de Mato Grosso, a 748,9 km da capital Cuiabá. A população total do Município é de 38.017 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000) e sua área é de 26.251 km<sup>2</sup>; representando 2.906% do Estado, 1.6401% da Região e 0.309% de todo o território brasileiro.

A pesquisa foi realizada através de entrevistas com alunos dessa escola, divididos em dois grupos, sendo o 1º grupo composto por alunos de 09 a 12 anos, estudantes da 3ª série a 5ª série do Ensino Fundamental, e o 2º grupo composto por alunos de 13 a 16 anos, estudantes da 7ª e 8ª série também do Ensino Fundamental. No total, foram 30 alunos entrevistados, divididos em 15 alunos para cada grupo e distribuídos em masculino e feminino de acordo com sua escolaridade, idade e sexo. Esses alunos pertencem a classes e horários diferentes, tendo também professores diferentes para cada turma.

A entrevista ocorreu durante uma aula diferenciada em que os alunos participavam, sendo referente ao Projeto de Inglês denominado *English is Fun*, promovido por alunos de uma Instituição de Ensino Superior da cidade, no qual os alunos participam todos os finais de semana em sua própria escola. Esse projeto visa ampliar os conhecimentos dos alunos em Língua Inglesa, através de atividades lúdicas e diferenciadas em parceria com a escola. Foi escolhido esse dia para a entrevista por estarem presentes alunos de todas as séries e idades e, também, por estarem fora do seu horário de aula, sendo um fator que pode influenciar muito a fala dos entrevistados durante a pesquisa. Como os alunos estavam em atividades lúdicas, não houve aquela preocupação dos alunos em falarem corretamente, sentindo-se à vontade ao falarem e expressarem suas opiniões. Havia alguns alunos da escola jogando bola na quadra e também foram entrevistados, sendo grande referência para nossa pesquisa.

Para a pesquisa da marcação do plural, foram utilizadas figuras nas quais constavam fotos de uma menina, duas meninas, três meninas, um carro, dois carros, três carros, um cachorro, dois cachorros e três cachorros, cada uma em uma folha separada, sendo mostrada uma a uma para cada pessoa entrevistada. Ao serem mostradas as figuras, foi solicitado aos entrevistados que dissessem o que estavam vendo na figura e a quantidade em que se encontrava cada item. A princípio, foram recolhidos dados dos alunos e realizado um pequeno diálogo com os entrevistados, a fim de que eles se sentissem mais à vontade ao responderem aos questionamentos. Não foi explicado sobre o que e para que era a pesquisa, pois, se soubessem a finalidade da mesma, os resultados não poderiam ser reais. Assim, os motivos da pesquisa só foram relatados ao final da entrevista. Nenhum aluno foi obrigado a participar, sendo-lhe dada a opção de livre e espontânea vontade.

A seguir, os dados obtidos na pesquisa foram divididos de acordo como foi já fora relatado, sendo analisados em comparação de um grupo para outro e também por sexo, idade e escolaridade. Os dados obtidos foram surpreendentes e serão todos comentados.

<b>TABELA 01 - VARIAÇÃO NA FALA DO GRUPO A</b>							
<b>Total de entrevistados:</b>	12 meninas e 3 meninos						
<b>Séries:</b>	3ª, 4ª e 5ª séries do Ensino Fundamental						
<b>Idades:</b>	09 a 12 anos						
	<b>FEMININO</b>			<b>MASCULINO</b>			<b>Total/%</b>
<b>TERMO</b>	<b>Total</b>	<b>Respostas</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>Respostas</b>	<b>%</b>	
Uma menina	12	12	100	3	3	100	100
Duas meninas	12	7	58	3	1	33	53
Duas menina	12	5	42	3	2	67	47
Três meninas	12	9	75	3	2	67	73
Três menina	12	3	25	3	1	33	27
Um carro	12	12	100	3	3	100	100
Dois carros	12	6	50	3	1	33	47
Dois carro	12	5	42	3	2	67	47
Três carros	12	7	58	3	1	33	53
Três carro	12	5	42	3	2	67	43
Um cachorro	12	12	100	3	3	100	100
Dois cachorros	12	7	58	3	2	67	60
Dois cachorro	12	6	50	3	1	33	47
Três cachorros	12	7	58	3	0	0	47
Três cachorro	12	5	42	3	3	100	53

<b>TABELA 02 - VARIAÇÃO NA FALA DO GRUPO B</b>							
<b>Total de entrevistados:</b>	08 meninas e 07 meninos						
<b>Séries:</b>	7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental						
<b>Idades:</b>	13 a 16 anos						
	<b>FEMININO</b>			<b>MASCULINO</b>			<b>Total/%</b>
<b>TERMO</b>	<b>Total</b>	<b>Respostas</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>Respostas</b>	<b>%</b>	
Uma menina	8	8	100	7	7	100	100
Duas meninas	8	8	100	7	4	57	80
Duas menina	8	0	0	7	3	42	20
Três meninas	8	7	87	7	5	71	80
Três menina	8	1	12	7	2	28	20
Um carro	8	8	100	7	7	100	100
Dois carros	8	7	87	7	4	57	73
Dois carro	8	1	12	7	3	42	27
Três carros	8	6	75	7	3	42	60
Três carro	8	2	25	7	4	57	40
Um cachorro	8	8	100	7	7	100	100
Dois cachorros	8	6	75	7	3	42	40
Dois cachorro	8	2	25	7	4	57	40
Três cachorros	8	7	87	7	4	57	80
Três cachorro	8	1	12	7	3	42	27

## 4.1 - Análise de dados

Primeiramente temos que especificar o objeto da nossa pesquisa, dizendo quais são as regras que a regem e as suas utilizações na fala das pessoas. A nossa pesquisa está relacionada à marcação do plural das palavras na Língua Portuguesa, na qual, segundo a norma padrão da ortografia, todas as palavras de uma frase ou oração devem estar concordando com o número, tendo todas as palavras marcadas no plural e essa regra é denominada de *concordância de número* pela Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Podemos pegar o exemplo dado por Tarallo:

1. aS meninaS bonitaS
  2. aS meninaS bonita
  3. aS menina bonita
- (TARALLO, 1990, p. 09)

Podemos perceber nessas palavras a presença e ausência do segmento fônico /s/ indicativo do plural nas palavras. De acordo com a regra da concordância de número, a primeira frase está corretamente empregada no ponto de vista da gramática, já as outras duas frases podem ser consideradas erradas por não seguirem a regra da concordância de número, contendo todas as palavras da frase no plural. Mas se analisarmos bem, ao ouvirmos essas frases, entenderemos perfeitamente que elas estão no plural e compreenderemos a mensagem a ser dita sem nenhum impedimento. Basta que apenas uma palavra esteja no plural para sabermos que elas estão no plural.

Há erros que são admissíveis, como é o caso das duas últimas frases. Deveríamos ter a concepção de que só deveriam ser considerados erros a ocorrência de formas ou construções que não fazem parte de maneira sistemática e de nenhuma das variantes de uma língua. Nessas frases, embora sejam consideradas como erro no ponto de vista da gramática normativa, por desprezar a norma de concordância, conseguimos compreender claramente a sua colocação no plural, bastando apenas que o artigo ou o artigo mais o substantivo estejam no plural para percebermos isso. Só poderiam ser considerados erros as sequências como “as garotos”, “uma carro”, “o cachorros”, etc. que fogem totalmente da regra gramatical da Língua Portuguesa.

Possenti estabelece uma distinção muito importante para a constatação desses erros, na qual ele leva em consideração as variações e diferenças linguísticas: “Diferenças linguísticas não são erros, são apenas construções ou forma que divergem de um certo padrão. São erros aquelas construções que não se enquadram em qualquer das variedades de uma língua.” (POSSENTI, 1996, p. 80)

E isso reforça ainda mais a teoria de que nem tudo pode ser considerado erro, e que, conforme Bagno, mesmo um falante de Português padrão, por mais preconceituoso que seja, entende perfeitamente essas diferenças. Conforme ele diz, “se você prestar atenção na fala das pessoas com quem convive em casa, no trabalho, no círculo de amizades, vai perceber que em situações informais, descontraídas, mesmo as pessoas ditas cultas aplicam a regra de plural do PNP.” (BAGNO, 1997, p.55)

E é a esse ponto que desejamos chegar. Nem sempre utilizamos a norma padrão da Língua Portuguesa, por mais que nos consideramos cultos e por mais cuidado que tenhamos ao falar, sempre cometemos alguns deslizes, principalmente quando estamos em situações informais. Foi com esta constatação que utilizamos um ambiente diferente e descontraído para a realização da nossa pesquisa, mesmo sendo em um ambiente escolar, mas não tinha aquela cobrança de professores para que os alunos falassem corretamente. Estavam despreocupados, livres para falarem e agirem espontaneamente, o que faz com que nossa pesquisa seja mais verídica e real. As pessoas, ao saberem que estão sendo avaliadas, procuram falar o mais corretamente possível, alterando os resultados da pesquisa. Portanto, foi falado que era um trabalho da faculdade e precisávamos ver como as pessoas interpretavam as figuras mostradas a elas. Somente após responderem todas as perguntas através das figuras mostradas é que foi explicado o que era a pesquisa e qual sua finalidade, e, quando solicitado por eles, falado como foi o seu desempenho em relação à marcação do plural.

Para isso, é necessário que o entrevistado esteja à vontade, sem nenhuma cobrança do meio e de ninguém e não seja obrigado a participar da pesquisa, participando por livre e espontânea vontade e nem, principalmente, criticado quando falasse algo inesperado. Cada pessoa tem o seu modo de falar, tem as suas concepções e história de vida, tem o seu aprendizado e criticar suas ações e falas é como criticar a sua vida, pois esse é o seu jeito e mudar assim, de uma hora para

outra, não é fácil, podendo acarretar diversos tipos de reações, tanto ruins como boas.

Após todas essas definições e constatações podemos partir para a análise dos dados obtidos em nossa pesquisa de campo. Como já foi mencionado, dividimos nossos entrevistados em dois grupos, sendo o 1º grupo composto por alunos de 09 a 12 anos, estudantes da 3ª série a 5ª série do Ensino Fundamental, o qual passaremos a denominá-los de Grupo A e o 2º grupo, composto por alunos de 13 a 16 anos, estudantes da 7ª e 8ª série também do Ensino Fundamental, e que será denominado Grupo B. Dentro desses grupos, também faremos a divisão entre masculino e feminino, a fim de que possamos analisar as variações conforme a faixa etária, escolaridade e gênero e fazer uma comparação em cada um desses itens. Os termos analisados são *uma menina, duas meninas, três meninas, um carro, dois carros, três carros, um cachorro, dois cachorros e três cachorros*, indicando claramente a noção de quantidade e obrigatoriamente o uso do plural conforme a regra padrão da Língua Portuguesa. Analisaremos a fala de cada um desses termos em cada grupo e faremos comparações entre eles, para se chegar a uma possível conclusão do uso das variações na fala da Língua Portuguesa.

As palavras *uma menina, um carro e um cachorro* foram faladas corretamente por todas as pessoas dos dois grupos, o que demonstra que não existe a possibilidade de uma variação para esses termos, sendo falados dessa maneira por todos e em todos os lugares e situações. O que poderia acontecer nesse caso seria essas palavras serem pronunciadas *um menina, uma carro, uma cachorro*, o que já não seria considerado variação e sim erro de sintaxe. Esse tipo de construção de palavras não é muito comum entre as pessoas, pois, por menor que seja o grau de escolaridade de uma pessoa, ela jamais irá cometer esse deslize porque sabe que não será compreendida com eficácia se falar dessa forma e essa é uma regra que está memorizada na cabeça de cada falante, mesmo que seja de forma inconsciente. E se percebermos isso na fala de alguém, talvez poderemos ter a certeza de que ela não é falante nativa da Língua Portuguesa, podendo ser estrangeira, que é o que acontece quando temos uma segunda língua que não seja a nossa língua materna e não conseguimos nos adaptar a ela. Muitas vezes são incorporadas palavras da outra língua, fazendo algumas adaptações da língua materna na nova língua adquirida. Isso também pode mudar o sotaque, a forma de

pronunciar algumas palavras ou até mesmo originar outras palavras, ou outros significados em casos de línguas com palavras semelhantes.

Tem-se uma certa concepção de que o sexo feminino tem tendência maior em seguir a norma padrão do que o masculino, não fazendo muito uso da variação linguística, ou seja, não cometendo muitos erros, se levadas em consideração as regras da norma culta da Língua Portuguesa. Podemos constatar isso em nossos dados obtidos na pesquisa, nos quais analisaremos primeiro as palavras *Duas meninas*, *Dois carros* e *Dois cachorros*, que são consideradas corretas no ponto de vista padrão da Língua Portuguesa. No Grupo A, 58 % das meninas falaram as palavras *Duas meninas*, enquanto os meninos apenas 33% deles falaram dessa forma; no Grupo B, 100% das meninas falaram *Duas meninas*, enquanto apenas 57%, dos meninos falaram. Com as palavras *Dois carros*, no Grupo A, houve um pouco mais de igualdade entre as falas, no qual 50% das meninas pronunciaram dessa forma, enquanto que 47% foram a pronúncia dos meninos; no Grupo B, foram 87% para a fala feminina e 57% para a masculina. E com a palavra *Dois cachorros*, foram 58% da fala feminina e 60% da masculina do Grupo A, sendo a única vez em que a fala masculina se sobressaiu sobre a fala feminina; e 75% da fala feminina e 42% da masculina na fala do Grupo B.

Seguindo com nossa análise, destacaremos agora as palavras *Duas menina*, *Dois carro* e *Dois cachorro*, sendo consideradas variação linguística, pois é possível, mesmo que seja consideradas erros perante a norma padrão, que ao serem pronunciadas sejam compreendidas pelos ouvintes ao se depararem com elas, ocorrendo a transmissão e compreensão das palavras por todos. Nessas palavras, quanto maiores forem as porcentagens aplicadas, mais próximas do erro estão. Então, aqueles que menos falam, usam mais corretamente a norma padrão em suas falas.

Continuando com a pesquisa, a começar pelo Grupo A, com o termo *Duas menina*, 42% da classe feminina empregou esse termo em suas falas, enquanto que 67% da classe masculina o empregou; no Grupo B, foram 0% do seu emprego na fala feminina e 42% na masculina. Com o termo *Dois carro*, no Grupo A foram 42% para a fala feminina e 47% para a masculina, e 12% da fala feminina versus 42% da masculina, no Grupo B; e por último, para o termo *Dois cachorro* foram empregadas 50% na fala feminina e 47% na fala masculina do Grupo A, tendo também a

predominância no sexo masculino em não empregar os termos considerados errados pela norma padrão, como ocorreu em termo anteriormente analisado, e por fim, com 25% da fala feminina contra 57% da fala masculina do Grupo B. Mais uma vez, foram constatados as mesmas concepções percebidas na análise anterior, com a predominância das falas mais corretas entre as pessoas do sexo feminino do que na masculina. E reforçada ainda mais com a ocorrência de 0% do emprego das variações na fala feminina com o termo *Duas menina*, do Grupo B.

Diante desses dados, mesmo com a menor ocorrência do termo *Dois cachorros* na fala feminina do que entre a masculina do Grupo A, comprova-se que as meninas falam mais “corretamente” do que os meninos. Isso pode ser explicado pela importância que o sexo feminino dá para o certo, para o correto, procurando sempre falar dessa forma, e já os meninos não têm tanto essa preocupação, falando conforme lhe vêm à mente, sem muito pensar antes de pronunciar, como no caso feminino. Há aqueles também que realmente não se importam com a norma padrão, falando como bem entendem e querem. Mas o que não podemos deixar de destacar é que em nenhum momento houve 100% das falas empregadas, tendo sempre um ou outro que não segue a essa regra imposta pela norma padrão da Língua Portuguesa, e para isso sempre haverá uma explicação por sua não ocorrência.

Até agora, foi analisada somente a questão da diferenciação de falas entre sexos diferentes. Analisaremos também a diferenciação de fala a partir da idade das pessoas entrevistadas. Muitas vezes temos a concepção de que quanto menor a idade de uma pessoa, mais errado ela irá falar, porém foi constatado através de nossa pesquisa que não ocorre dessa forma e que pode haver sim pessoas com idades entre 09 e 12 anos que podem ter o mesmo desempenho do que aquelas com idade entre 13 e 16 anos, com escolaridades diferentes.

Ao pegarmos os mesmos dados relacionados anteriormente, iremos perceber que em alguns termos pesquisados entre as pessoas do Grupo A, que são alunos da 3ª a 5ª série, com idade entre 09 e 12 anos possuem porcentagens parecidas em relação ao uso da norma padrão da Língua Portuguesa entre as pessoas do Grupo B, que são alunos de 7ª e 8ª série, com idade entre 13 e 16 anos. O que também podemos concluir é que idade e escolaridade estão interligadas, podendo ser analisadas em conjunto, pois quanto maior a idade maior a escolaridade, salvo em casos de reprovação, desistência ou outros motivos que

atrapalham ou impedem os alunos de avançarem em seus estudos, permanecendo atrasados em relação a outras pessoas da mesma idade.

Antes de fazermos as análises dos dados obtidos, entenderemos porque idade e escolaridade estão interligadas. Uma criança, ao entrar na escola em suas séries iniciais, o primeiro contato com a língua que ela possui é com a norma padrão da Língua Portuguesa, ou seja, ela aprende a falar e escrever seguindo essas normas. A escola não permite e aceita o uso de variações em seu ensino, portanto, a criança não possui acesso ou convívio com as variações da Língua. Na escola, a criança possui contato somente com o correto e só irá se deparar com a variação ao decorrer dos anos na escola, com o convívio com seus colegas que muitas vezes empregam a variação em sua fala. Não que ela não venha a se deparar com nenhum tipo de variedade, mas que ela ocorre com menos frequência do que em séries finais, em idades mais avançadas.

Entre as séries finais, os alunos já possuem mais conhecimentos sobre a língua e também mais domínio sobre ela, sabendo diferenciar o certo do errado, adequar a fala ao ambiente em que se encontra, ao contrário das séries iniciais, em que os alunos ainda estão aprendendo a lidar com as palavras, conhecendo-as. Diante desse contexto, a escola já não possui tanta influência assim na fala de seus alunos, podendo controlá-los somente dentro da sala de aula, ainda que com muita dificuldade, e quase sempre esse controle não é suficiente para controlar o uso da variação linguística pelos alunos. A escola possui mais domínio e controle entre alunos de 3ª a 5ª série do que de alunos de 7ª e 8ª série, e, portanto o predomínio de variações e “erros” entre esses alunos.

Outro fato importante e que foi detectado em nossa pesquisa é a influência do meio, da situação social em que a pessoa se encontra em sua fala. Como já foi dito, a pesquisa foi realizada na escola, mas não em momento de aula normal, e sim, durante a realização de um projeto de ensino lúdico da Língua Inglesa, do qual os alunos aprendem brincando, com jogos, dinâmicas, músicas, imagens, diferente de como a escola convencional ensina aos seus alunos, com tradução de textos, exercícios repetitivos, etc. Nessa aula, os alunos estavam se divertindo, aprendendo uma língua diferente da nossa, portanto, sem aquela preocupação de falar corretamente a Língua Portuguesa, sem cobranças por parte do professor, falando livremente e por livre e espontânea vontade.

Se estivessem dentro de sala de aula tradicional, com a presença do professor, principalmente de Língua Portuguesa, com certeza iriam procurar falar o mais corretamente possível. E isso não ocorreu, os alunos falaram espontaneamente, da forma como falam no seu dia-a-dia, com familiares e amigos, o que fez com que a pesquisa fosse real e verídica. Alguns ainda ficaram com receio em relação à entrevista e procuraram falar corretamente nas primeiras palavras, mas após se sentirem à vontade ao olharem as figuras, voltaram a falar normalmente como falam em seu dia-a-dia, e claro, empregando as variedades consideradas erros pela norma culta da Língua Portuguesa.

Houve um grupo de alunos que estavam jogando futebol na quadra de esporte da escola, e ao final do jogo foram entrevistados. Todos eles não tiveram nenhuma preocupação em falar corretamente a língua portuguesa, empregando todas as variedades em todas as suas falas, sendo poucos os que falaram corretamente de acordo com a norma padrão da Língua Portuguesa. Isso fica mais do que comprovado que quanto mais informal for o meio em que a pessoa se encontra, como, jogos, festas, barzinho entre amigos, etc., mais informalmente ela irá falar, ou seja, usar variações, gírias, jargões, etc. Quando se encontram em ambiente formal, como o trabalho, entrevista de emprego, etc. todos procuram sempre falar corretamente, pois muito importa o emprego da linguagem correta nesses lugares e quase sempre é considerado ponto definitivo para decisões e exclusões do meio em que se encontram.

E para finalizar nossa pesquisa, podemos ressaltar alguns itens relatados que derrubam alguns tabus que as pessoas possuem sobre a Língua Portuguesa, em relação ao emprego de variações linguísticas e norma padrão. Sobre a questão de na fala feminina predominar o uso da norma padrão e um ser um pouco mais restrita para a variação, podemos perceber e comprovar isso claramente em nossa pesquisa. E a explicação para esse fenômeno é a maior preocupação da classe feminina em seguir a norma, em falar mais corretamente. Principalmente porque se tem aquela concepção de que a mulher tem que ser sempre certa, “perfeita”, seguir a todas as normas impostas pela sociedade, e isso envolve também a norma padrão da Língua Portuguesa. Já os homens têm que ter sempre aquela postura “machista”, rude, e ao utilizar a língua corretamente, com todos os cuidados que a regra impõe, sem uso de variações, gírias etc., ele é considerado afeminado pelos demais do

mesmo grupo, pois o homem tem que ter essa postura e comportamento para ser considerado macho, homem pela sociedade. E quando o homem fala corretamente, ou ele é chamado de professor, pois só quem é professor sabe dessas regras, ou ele é doutor, pois tem muitos anos de estudos e experiências e, nesses tipos de ocorrências são considerados normais e aceitos pela sociedade machista.

Em relação à idade e escolaridade, não houve maior incidência entre um e outro, e sim a ocorrência de ambos, não sendo esse o ponto analisado. A concepção era de que não existisse a variação na fala dos mais escolarizados e mais variação na fala dos menos escolarizados, no que ficou comprovado que elas ocorrem quase em grau de igualdade para ambos, ocorrendo o uso de variações nos dois grupos. Isso nos mostra que não é o grau de escolaridade que vai fazer com que a pessoa fale mais corretamente do que outra menos escolarizada. Há variações na fala de todos, inclusive entre os mais escolarizados, que se consideram “cultos” e “inteligentes”. O uso dessas normas tem que ser conhecida pelas pessoas, suas regras de formas, usos e ocorrências e com certeza uma pessoa com mais escolaridade tem mais conhecimentos sobre essas regras, mas nem todas as usam. Primeiro porque as normas e regras da Língua Portuguesa são muito complexas, de difícil assimilação e memorização e muitas vezes tornam a linguagem mais confusa e de difícil compreensão, levando-nos a optar por maneiras mais simples de dizer algo, que são os casos das variações e que com certeza fogem da norma padrão da Língua Portuguesa. Outras vezes são faladas de forma que economize palavras, sem precisar do uso excessivo de palavras, mas que não impedem a transmissão e compreensão da mensagem. É o que ocorre com a marcação do plural analisada em questão.

Em ambiente informal, é mais fácil e rápido pronunciar *duas menina* do que *duas meninas*. Outro exemplo é falar *As casas bonita*, ou então *As casa bonita* em vez de dizer *As casas bonitas*, como manda a norma padrão. Somente com uma palavra no plural, ou seja, somente com o artigo no plural já conseguimos perceber que se trata de mais de uma casa bonita. Houve, nesse caso uma redução de palavras para uma fala mais rápida e acessível e que será compreendida por todos que assim ouvirem. Não é necessário que todas estejam no plural, não é necessário que sejam seguidas todas as normas impostas à Língua Portuguesa para que a mensagem do que queremos dizer seja compreendida. O que realmente importa não

são essas regras, e sim, a compreensão da mensagem, seja qual foi a forma empregada em sua transmissão.

Contudo, não podemos deixar de lado a importância que a norma padrão da Língua Portuguesa tem para nós, falantes dessa língua. Apesar de suas discrepâncias, ela tem muita utilidade e importância para nós. Se ela não existisse, cada um teria a sua regra, falaria da forma como bem entendesse e quase ninguém se entenderia ou compreenderiam o que o outro estaria dizendo. E essa é a sua grande importância: estabelecer regras para que todos possam se comunicar e serem compreendidos. Por isso foi feita a unificação da Língua Portuguesa no Novo Acordo Ortográfico para que todos os países possam ter a mesma língua, mesmo sendo a mesma Língua Portuguesa. Como vimos anteriormente, o Português de Portugal e o Português do Brasil possuem algumas diferenças, isso também ocorre com o Português de outros países, tornando necessária essa unificação, com as mesmas regras e normas para todos os países.

A linguagem, seja ela qual for, seja qual for a língua utilizada, seja qual for as regras que as comandam é de fundamental importância para que os seres humanos se comuniquem e se entendam, expressando todas as suas necessidades e finalidades. E o mais importante é que todos se compreendam e a finalidade da mensagem seja alcançada. A variação, que é considerada injustamente como “erro” pela norma padrão, é apenas uma das diversas formas de linguagem que o ser humano possui para se comunicar, não podendo ser ignorado e muito menos desprezado por nós.

O preconceito em relação à variação linguística pode trazer muitos resultados, e muitos deles nada positivos para as pessoas, principalmente para os alunos em fase inicial na escola e também no decorrer de todos os anos de estudos em sua vida. E isso pode refletir em toda a sua educação, em toda a sua vida e por isso a necessidade de saber ensinar a Língua Portuguesa nas escolas e lidar com a variação e o preconceito linguístico existente, com mais vigor nas escolas, entre professores e alunos. É disso que trataremos no próximo capítulo.

## CAPÍTULO V

### O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA ESCOLA

Para abolir ou pelo menos minimizar o efeito do preconceito diante da variação linguística, temos que, como propõe Bagno (1997, p. 73), além de modificar a nossa maneira de encarar o português não-padrão, libertando-nos de todo preconceito que atrapalha a nossa visão diante dos fenômenos da língua, também precisamos transformar a maneira de trabalhar com a própria norma padrão, ou seja, a maneira de ensinar e educar, descobrindo novos trilhos para a prática pedagógica.

Só sentimos aquilo que sabemos, aquilo que nos é ensinado. Se nos ensinarem com o preconceito, com a repulsa a tudo que não pertence à norma padrão, mesmo que usamos o português não-padrão, continuaremos com essa concepção e esse pensamento por quase toda a nossa vida. Se formos professores, principalmente de Língua Portuguesa, ensinaremos a mesma coisa aos nossos alunos. Todos aprenderão da mesma forma que ensinaram ao professor, adquirirão a mesma concepção e transmitirão para outras pessoas e assim ocorrerão sucessivamente, tendo sempre a presença do preconceito

Só para termos uma ideia, as escolas ensinam a Língua Portuguesa como se ela fosse língua estrangeira, como se o aluno não soubesse a Língua Portuguesa e estivesse na escola para aprendê-la e esquece que o aluno ao entrar na escola já possui uma bagagem linguística, já sabe falar a Língua Portuguesa. Segundo Cagliari (2007, p. 17), a criança aprende a língua sem precisar de treinamentos específicos, ela simplesmente aprende convivendo com outras pessoas que falam a Língua Portuguesa. A criança foi exposta ao mundo que a rodeia e nele foi traçando o seu caminho, criando o que lhe era permitido fazer com a linguagem, e aos três anos de idade já pode ser considerada falante nativa de uma língua, pois ela já dispõe de um vocabulário e de regras gramaticais.

O vocabulário de uma criança de 3 anos é pequeno e ela é capaz de entender um número maior de palavras do que o que usa. O número de palavras que uma pessoa conhece ou emprega está intimamente relacionado às necessidades linguísticas do indivíduo. Desse modo, a criança de 3 anos adquire e usa um vocabulário próprio para expressar aquilo que precisa, assim como um médico, um metalúrgico ou um

cozinheiro adquirem e usam o vocabulário de que necessitam. (CAGLIARI, 2007, p.17-18)

A criança possui capacidade para aprender tudo e aprende apenas com o convívio e tudo o que ela aprende é levado para toda a sua vida, para todos seus âmbitos sociais, e é na escola que a criança conhece a realidade da vida, como nos mostra Cagliari (2007, p. 19-20). A criança leva um choque, principalmente se ela vem de uma comunidade pobre e faz uso de um dialeto discriminado pelas pessoas que fazem parte da escola. Tudo o que ela conquistou e conhece será ignorado e ela não perceberá só o preconceito com o seu modo de andar, vestir, agir etc. como também no seu modo de falar e sentirá uma tristeza profunda.

Muitas vezes, conforme Cagliari (2007, p. 20-22), a própria escola vai alimentando esses sentimentos, dizendo que ela é “burra” e não tem capacidade de aprender, inventando uma série de dificuldades no aluno para justificar o seu não aprendizado, como problemas visuais, auditivos e até mesmo psicológicos, e com isso redime-se dos problemas da educação dessa criança. E quase sempre submete essa criança a métodos especiais, sobretudo, de segregação em salas especiais, alimentando ainda mais o sentimento de rejeição por não poder aprender em convívio com os demais colegas. Tem também o fato da criança fazer parte desse tipo de educação e ser vista como uma coitadinha que não consegue aprender sozinha e necessita de atendimento especial em sua educação. Isso faz a criança se sentir mais rejeitada ainda e fica recuada, com medo de tudo e de todos.

Segundo Loureiro (2005, p. 86), a própria escola faz a seleção entre os alunos que sabem falar o Português daqueles que não sabem e isso reforça ainda mais o sentimento de desprezo pela criança. Além desse sentimento, pode despertar muitas outras dificuldades negativas nos alunos, isso porque a escola, dessa forma, estigmatiza e discrimina a maior parte dos alunos pertencentes às camadas desfavorecidas.

A grande maioria desses alunos fala uma variante da língua portuguesa não aceita pela escola, que tenta impor a eles a norma culta como única forma “correta” de falar. Esses alunos, sentindo-se excluídos, quando não se evadem do ambiente escolar, muitas vezes, “fecham-se” em uma atitude de defesa da sua integridade, como pessoa humana. Outras vezes, defendem-se com comportamentos considerados agressivos, afrontosos ou anti-sociais. O que precisamos compreender é que o aluno, sentindo se desrespeitado, menosprezado e excluído, responde a essa situação de preconceito e, muitas vezes, essa resposta defensiva manifesta-se de formas não-desejáveis. Nesse contexto, de preconceitos e discriminação, o

aluno bloqueia ou inibe seu processo de crescimento humano e, também o seu processo de aprendizagem. (LOUREIRO, 2005, p. 86-87)

O resultado disso tudo é que muitos alunos frequentam a escola por longos períodos e ainda não sabem ler e nem escrever. Para que isso não aconteça, é necessário que se respeite o outro com compreensão, e se isso não é feito, muitos alunos se evadem da escola, e, os que permanecem, têm dificuldades em serem alfabetizados. Para mudar esse triste retrato da educação, Loureiro (2005, p. 87) propõe que se faça uma revisão crítica da gramática e tenha a sua concepção como mais um instrumento que possibilita uma compreensão do homem no mundo, podendo facilitar o estudo da Língua Portuguesa e minimizar os equívocos, preconceitos e conflitos que muitas vezes envolvem professores e alunos.

Muitas vezes esses conflitos entre professores e alunos, a defasagem do aprendizado escolar, etc. provêm de problemas da própria escola, de conflitos sociais, econômicos etc. Bagno relata um pouco desses conflitos e problemas encontrados na escola e relaciona com alguns dados históricos e estatísticos da educação brasileira:

durante muito tempo reservada aos filhos das classes privilegiadas urbanas, a pressão social fez a escola pública se abrir para acolher os filhos de pais analfabetos e pobres, oriundos da zona rural, que se instalavam, sobretudo nas periferias das cidades. Essa incorporação do alunado pobre às escolas públicas levou as classes médias e altas, receosa do contato com o “vulgo”, a transferir seus filhos para as instituições particulares de ensino. A escola pública ficou literalmente relegada às camadas desprestigiadas da população, desprestígio que se transferiu igualmente para a própria atividade docente. Num país, como já vimos, de tradição cultural marcadamente elitista, isso representou também, da parte dos diferentes governos, comprometidos (pelo menos até agora) com os interesses das camadas dominantes, um resolutivo o descaso pelas questões mais sérias da educação pública. A escola pública brasileira, neste limiar do século XXI, apresenta um quadro de notável deterioração, desde o ensino fundamental até as universidades, que atravessavam aguda crise. (BAGNO, 2003, p. 101)

Bagno (2003, p. 102-103) relata ainda que na pesquisa realizada no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, mostrava-se que mais de 90% das crianças de 7 a 10 anos estavam matriculadas na escola, mas não se divulgava a qualidade dessas escolas, que segundo sua opinião, tinham péssimas condições físicas, material didático ultrapassado, tecnologias obsoletas, condições de trabalho degradantes, salas superlotadas, professores extremamente mal remunerados e mal formados, intimidados pela violência urbana e obrigados a se desdobrar em

múltiplas jornadas de trabalho, etc., sem contar também que as escolas públicas brasileiras, principalmente em cidades grandes, vêm sendo palco de problemas sociais como a delinquência infantil e juvenil, o tráfico de drogas e a violência urbana generalizada. Há também a constatação de que quanto maior a faixa etária, menor a presença dos brasileiros na escola e o acesso ao ensino superior é ainda mais restrito. Bagno ainda fala sobre a formação dos professores, em que

a maioria desses docentes não tiveram contato, em seu ambiente familiar e escolar, com a norma-padrão tradicional nem com a cultura livresca. Pesquisas do próprio Ministério da Educação mostram que os estudantes de Letras (e dos demais cursos que formam tipicamente professores do ensino fundamental e médio) provêm, em grande maioria, de classes sociais pobres, que vêem na sua profissão docente uma oportunidade de ascensão social. São, portanto, pessoas oriundas de estratos sociais médio-baixos sem muitas condições de letramento: lêem muito pouco e raramente escrevem. (BAGNO, 2003, p. 103)

Voltando a questão dos conflitos entre professores e alunos, a escola não reconhece as variações e julga somente com base em gramáticas e ortografias, usando somente o Português padrão. Além dessa concepção, Cagliari (2007, p. 36) enumera outras, ressaltando que para a escola a variação linguística é vista como uma questão gramatical, de certo e errado e o diferente não tem lugar em sua avaliação, mesmo o educador enfrentando isso a todo o momento. E essa atitude faz com que ela cometa grandes injustiças com seus alunos, pois não reconhece que as pessoas falam diferente. “Todos os falantes sabem disso por experiência própria, só a escola insiste em ver as coisas erradamente”. (CAGLIARI, 2007, p. 37)

A escola também valoriza muito a escrita, considerando-a de natureza lógica, clara, explícita, ao passo que a fala é mais confusa, incompleta, sem lógica etc. Mas Cagliari (2007, p. 38) considera essa concepção falsa, alegando que a fala tem aspectos que a escrita não revela e que a escrita tem aspectos que a linguagem oral não usa, sendo dois usos diferentes, cada qual com suas características próprias e finalidades específicas.

Com todos esses problemas, ainda de acordo com Cagliari (2007, p. 40), a escola, principalmente os professores, não conseguiram acompanhar o avanço da Linguística e mantiveram o molde de ensino de mestres do passado, e isso deixou muitos professores perplexos por verem seus mestres sendo criticados e contestados. Mas, felizmente, também houve aqueles que a aceitaram e fizeram uso dela em seus ensinamentos, exigindo mudanças no ensino de Português. Outros

impediram o avanço da disciplina, enquanto que outros a conceberam, mas não da maneira correta, sendo mal entendida e mal assimilada e acabaram aplicando-a de maneira indevida, substituindo os textos de bons escritores pelos de baixo nível, tirados de jornais e revistas, sendo retirado o bom gosto pela leitura e levando os alunos a lerem e escreverem mal.

Há ainda aqueles professores que atribuem o fracasso escolar à intromissão da Linguística na escola, mas isso não é verdade. De acordo com Cagliari (2007, p. 41), os professores foram aplicando a Linguística sem adequá-las ao ensino, procedendo de maneira irresponsável e leviana. Para usá-la é preciso ser planejada em conjunto com linguistas e professores, com a colaboração de pedagogos e psicólogos. Além do mais, o professor tem que ser profundo conhecedor da Língua Portuguesa, não podendo ensinar o que ele não sabe, pois estará ensinando errado e o fracasso do aluno pode ser nada mais do que um fruto da incompetência dos professores e da escola.

Contudo, a escola não pode ensinar que existe o certo e o errado, pois a língua é falada por pessoas que usam e abusam dela e, portanto, ela deve fazer do ensino de Português uma forma de o aluno, conforme Cagliari,

compreender melhor a sociedade em que vivemos, o que ela espera de cada um linguisticamente e o que podemos fazer usando essa ou aquela variedade do português. (...) Pode-se perceber agora que o ensino de português não só é problemático pelo que se ensina, mas também é falho porque se deixa de ensinar muita coisa. Os currículos escolares, principalmente os que o professor de fato executa nas salas de aula, fazem dos estudos girar em torno, sobretudo da Morfologia e da Sintaxe, e isso do ponto de vista da escrita e do dialeto padrão. Falta um estudo profundo de Fonética, Fonologia, Semântica, Sociolinguística, de Gramática e Análise do Discurso. (CAGLIARI, 2007, p. 48)

Além da escola se responsabilizar por grande parte da educação de seus alunos, como mostra Cagliari (2007, p. 82-83), ela é o espelho da sociedade, ou seja, a escola se baseia na própria sociedade e como espelho da sociedade, com aquela rotulação de inteligente, culto, não admite o diferente e prefere adotar só as noções de certo e errado, numa falsa visão da realidade. Para a escola aceitar a variação como um fato linguístico, precisa mudar toda a sua visão de valores educacionais. Para ele, a escola deve respeitar os dialetos e ensinar aos seus alunos e fazê-los entender que a variedade linguística e o português padrão podem ser comparados entre si em condições de igualdade linguística, mostrando aos

alunos que a sociedade atribui valores sociais diferentes aos diferentes modos de falar a língua e que esses valores, embora se baseiem em preconceitos e falsas interpretações, têm causas e consequências econômicas, políticas e sociais muito sérias para as pessoas.

Em relação ao ensino da Língua Portuguesa nas escolas, Bagno coloca que uma das tarefas do ensino de língua na escola seria

discutir os valores sociais atribuídos a cada variante linguística, enfatizando a carga de discriminação que pesa sobre determinados usos da língua, de modo a conscientizar o aluno de que sua produção linguística, oral ou escrita, estará sempre sujeita a uma avaliação social, positiva ou negativa. É mais do que justo o que o professor explique, com base em teorias linguísticas consistentes, a origem e o funcionamento das variantes linguísticas estigmatizadas, que mostre as regras gramaticais que governam cada uma delas. Isso deixará claro que as formas alternativas à regra-padrão tradicional não são caóticas nem confusas nem incoerentes: muito pelo contrário, obedecem a regras tão lógicas e consistentes quanto as que governam a opção-padrão e por isso podem ser explicadas cientificamente. (BAGNO, 2033, p. 150-151)

A partir desses conhecimentos, os alunos serão conhecedores desses tipos de enunciados, poderão ter melhor aceitabilidade e não sofrerão tanto preconceito, ou talvez nenhum ao se depararem com a variação. A consciência desse tipo de ocorrência poderá dar-lhes as opções oferecidas pelos idiomas e eles poderão fazer a sua escolha, mesmo que seja menos aceitável por parte de membros de outras camadas sociais diferentes da deles. O que não pode ser feito é negar o conhecimento de todas as opções possíveis.

Os próprios PCNs, Parâmetros Curriculares Nacionais, possuem a sua proposta de como a escola deve ensinar a Língua Portuguesa e de como lidar com a variação e o Preconceito Linguístico. Os PCNs afirmam que “o problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença.” (BRASIL, 2000, p. 31)

Para isso, os PCNs propõem que a escola precisa livrar-se do mito de que existe uma única forma certa de falar, baseada na escrita e também de que a escrita é o espelho da fala, procurando, assim, evitar corrigir o aluno para que ele não escreva errado. Essas crenças desvalorizam a forma de falar do aluno, acreditando que são incapazes. Para os PCNs,

a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido. (BRASIL, 2000, p. 32)

Cada um de nós, de acordo com os PCNs (2000), quando tomam a palavra para falar em voz alta, utiliza diferentes formas de enunciação para cada situação ou instâncias nas quais essa prática se realiza. Então, cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, propondo situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido. “A aprendizagem de procedimentos eficazes tanto de fala como de escuta, em contextos mais formais, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la.” (BRASIL, 2000, p. 32)

O ensino da Língua Portuguesa nas escolas trata a linguagem como se ela fosse um conteúdo em si, não como um meio para melhorar a qualidade da produção linguística. É o caso da gramática ensinada de forma descontextualizada, com conteúdo estritamente escolar e do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano, por meio da prática de exemplificações, exercícios de reconhecimento e memorização de nomenclatura, como nos mostra os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Possenti (1996, p. 50), critica a maneira como é ensinada a Língua Portuguesa nas escolas, e critica principalmente os planos de aula elaborados pelos professores na escola para trabalhar a linguagem com os alunos. Para ele, “o que já é sabido não precisa ser ensinado.” (POSSENTI, 1996, p. 50)

Geralmente as escolas seguem um plano curricular que se repete por anos, ensinando sempre a mesma coisa, sempre os mesmos conteúdos aos alunos e muitas vezes repetitivos e deixam de serem ensinadas coisas úteis e importantes para o aprendizado dos alunos. Possenti (1996) propõe um programa anual na escola que faça um levantamento de todos os conteúdos aprendidos pelos alunos em anos anteriores, fazendo um levantamento do conhecimento prático de leitura e escrita que os alunos atingiram e fazendo outro levantamento do que o aluno ainda falta aprender. De acordo com o autor,

adotando esse critério para todas as séries, saberemos o que os alunos já dominam realmente, o que lhes falta ainda, em relação ao português padrão (escrito, principalmente). Descobriremos que livros já leram, como escrevem, quais os principais problemas que ainda têm (se ainda houver), após determinado número de anos na escola. Com base em tal levantamento, organizaremos os “problemas” em séries, segundo sua especificidade e eventual dificuldade, definida com base também na psicologia de aprendizagem que adotamos na escola. (POSSENTI, 1996, p. 51)

Assim poderemos dar prioridade a alguns problemas, conforme propõe Possenti (1996, p. 51), eliminando aqueles típicos de séries iniciais. Outros poderão ser adiados para séries seguintes, resolvendo os principais problemas na linguagem, um de cada vez. Os alunos vão tendo mais contato com a linguagem com o passar dos anos, devido à diversificação e sofisticação da interação social, multiplicando os seus conhecimentos sobre a linguagem, aprendendo muitas vezes a manipulá-la e descobrindo o valor social que ela tem. Esse levantamento servirá também para saber o que o aluno aprende fora da escola, em sua convivência com a família, amigos, comunidade etc. Esses conhecimentos são levados para dentro da escola e a mesma precisa estar preparada e saber lidar com as diferenças de valores com que venham a se deparar.

Possenti (1996, p. 33), assim como Cagliari (2007, p. 28), também ressaltam a questão do ensino da Língua Portuguesa como se ela fosse estrangeira, mas não que ela deve ser ensinada da mesma forma. Ao ensinar a Língua Inglesa nas escolas brasileiras, ela é ensinada desde o princípio, palavra por palavra, porque as pessoas não conhecem a língua e necessitam conhecer desde o zero, desde o início. E é exatamente assim que acontece com o ensino da Língua Portuguesa nas escolas, ensina-se o Português como se o aluno não o conhecesse, como se ele não tivesse nenhum contato com o idioma. É claro que em séries iniciais temos que ensinar as crianças a lerem antes letra por letra, depois sílaba por sílaba, até completarem palavras, frases e textos. Mas muitas vezes são ensinadas aos alunos coisas que eles já sabem e deixa-se de ensinar coisas que são úteis e necessárias para o seu dia-a-dia.

Em nada adianta todas essas sugestões se os professores não souberem diferenciar o ensino de língua da gramática. Em outras palavras,

se ficar claro que conhecer uma língua é uma coisa e conhecer sua gramática é outra. Que saber uma língua é uma coisa e saber analisá-la é outra. Que saber usar suas regras é uma coisa e saber explicitamente quais

são as regras é outra. Que se pode falar e escrever numa língua sem saber nada “sobre” ela, por um lado, e que, por outro lado, é perfeitamente possível saber muito “sobre” uma língua sem saber dizer uma frase nessa língua em situações reais. (POSSENTI, 1996, p. 54)

E para finalizar nossos estudos sobre o ensino da Língua Portuguesa nas escolas, é importante deixar claro os prós e contras em relação à gramática, distinguindo seu verdadeiro papel na escola. O objetivo do ensino da gramática nas escolas é ensinar a língua padrão, isto é, criar condições para seu uso efetivo.

É perfeitamente possível aprender uma língua sem conhecer os termos técnicos com os quais ela é analisada. A maior prova disso é que em muitos lugares do mundo se fala sem que haja gramáticas codificadas, e sem as quais evidentemente não pode haver aulas de gramática como as que conhecemos. (POSSENTI, 1996, p. 54)

Diante dessa concepção sobre o que é saber falar corretamente uma língua, em especial a Língua Portuguesa, Possenti (1996, p. 30) ressalta que saber falar significa saber uma língua, saber uma língua significa saber uma gramática, que é o que se propõe a norma padrão estabelecido pelos acordos ortográficos. Saber uma gramática não significa

saber de cor algumas regras que se aprendem na escola, ou saber fazer algumas análises morfológicas e sintáticas. Mais profundo do que esse conhecimento é o conhecimento (intuitivo ou inconsciente) necessário para falar efetivamente. (...) Resumidamente, pode-se dizer que saber uma gramática é saber dizer e saber entender frases. Quem diz e entende frases faz isso porque tem um domínio da estrutura da língua. (POSSENTI, 1996, p.30-31)

Aprender uma língua é aprender a dizer a mesma coisa de muitas formas e que não existe uma única forma de falar. A língua nos dá sempre várias alternativas e saber uma língua e saber utilizá-la é saber, em parte, dizer uma coisa de muitas maneiras, inclusive, saber as diferenças de sentido e de condições de uso que essas várias maneiras implicam e supõem.

## CONCLUSÃO

Como podemos perceber, a Língua Portuguesa não é e nunca foi uma língua uniforme, estável, sempre houve mudanças em sua estrutura. Surgem novas palavras e algumas delas que se falavam séculos atrás hoje já não se falam mais ou são faladas de maneiras diferentes do que eram. Com essas mudanças também surgem muitas maneiras de se dizer uma palavra que fogem ou não respeitam a norma padrão. Essas variações sempre se encontram em relação de concorrência, de divergência com a norma culta padrão da Língua Portuguesa, surgindo com isso uma grande rede de preconceitos diante das diversas variedades de falas encontradas entre os falantes da Língua Portuguesa, devido à dicotomia do padrão vs. não-padrão, conservador vs. inovador, prestígio vs. estigmatizados etc.

Preconceitos vindos de pessoas que se consideram cultas, letradas, conhecedoras de todas as regras da Língua Portuguesa, pessoas geralmente de classe social mais elevada do que a das pessoas discriminadas, sendo que também é possível encontrar a discriminação entre pessoas da mesma classe ou status social. Essas pessoas acreditam que os manuais de gramática e os dicionários são as únicas possibilidades de uso da língua, como se fosse a única maneira correta de falar a Língua Portuguesa. Mas o que elas não sabem ou não percebem, ou ainda, fingem não saberem ou não perceberem é que elas também cometem erros muitas vezes bem distantes da sua tão seguida norma padrão da Língua Portuguesa, sendo até considerados por eles apenas como descuidos ou lapsos, já que se admitem errarem, pois sabem a forma correta de falar.

Contudo, o que essas pessoas realmente não sabem é que para essa grande variedade de dialetos, de variações linguísticas encontradas nas falas das pessoas no dia-a-dia podem ser explicadas por vários aspectos como: estilo de fala, sexo, faixa etária, classe social, grupo étnico, localidade etc. Conhecer cada um desses aspectos e motivos que levam a ocorrer variação linguística nos fará compreender e aceitar melhor a grande variedade que existe em nossa língua. Mudanças ocorrem em todas as línguas e não há línguas fáceis ou difíceis, elas apenas se diferenciam entre si e nós não temos como impedir que a língua se modifique, além do mais, nós somos os principais responsáveis pelas mudanças na língua. Quanto mais variedade possui uma língua, mais expressiva ela é, mais

maneiras de expressar e dizer o que pretendemos e com isso seremos mais e melhores compreendidos pelas outras pessoas, isso se não levarmos para o lado pessoal e julgarmos que só o que falamos é o correto e desprezarmos a fala do outro, ou seja, se não houver o preconceito.

Ao analisarmos as falas das pessoas no dia-a-dia, podemos perceber uma grande variação em suas pronúncias. Essas variações presentes nas falas das pessoas podem ser explicadas sob vários aspectos, sendo estudadas por várias ciências que se interessam pela linguagem humana. Infelizmente, essas variações são consideradas pela norma culta da Língua Portuguesa como erros, como desvios da norma padrão, sendo que a maioria dessas pessoas quase nem percebe que fala dessa forma ou não conhece essas normas, achando que está falando corretamente.

De acordo com os dados obtidos na pesquisa de campo, podemos perceber uma grande variedade linguística nas falas das pessoas. Constatamos que a maioria das pessoas tem ciência de que está falando errado, de acordo com a norma culta, mas por motivo de costume continua a praticar esses desvios. Percebemos também que elas falam despercebidamente, sem prestar atenção de que estão falando dessa forma. Mas isso só ocorre em momentos descontraídos, em casa, em festas, com os amigos; quando estão em situações que exigem uma boa apresentação, as pessoas procuram falar o mais corretamente possível, de acordo com seus conhecimentos. Ninguém sai falando gírias em um ambiente de trabalho, como também não falam formalmente no meio de amigos e parentes. Percebe-se que as pessoas procuram adaptar as suas falas de acordo com o ambiente e a situação em que se encontram, não falando sempre da mesma forma em todas as ocasiões. Constatamos também que, as pessoas ao saberem que estão sendo avaliadas mudam totalmente a sua forma de falar, expressando-se da melhor forma possível. Podemos perceber também que algumas pessoas sabem a forma correta de falar, mas por brincadeira, por ironia ou por força do hábito acabam falando errado, somente para não perder o costume.

Se formos analisar a fala das pessoas de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa, podemos dizer que a maioria das pessoas fala errado. Mas se formos analisar de acordo com os motivos e causas que levam a ocorrer as variações, podemos dizer que as pessoas apenas falam diferente. A Língua

Portuguesa sofre constantes mudanças, adaptações para uma melhor pronúncia. Na fala, essas mudanças se adaptam mais rapidamente do que na escrita.

Há um preconceito muito grande com essas variedades linguísticas, todos nós cometemos essas falhas e, portanto, devemos perceber que não temos o direito de julgar ninguém pela forma que fala e sim aceitá-la da forma como é. Fazemos essas alterações para uma melhor transmissão da mensagem, em que o que importa realmente é a compreensão da mensagem a ser transmitida.

Aprender uma língua é aprender a dizer a mesma coisa de diversas formas e que não existe uma única forma de falar. A língua nos dá sempre várias alternativas e saber uma língua e saber utilizá-la é saber em parte dizer uma coisa de muitas maneiras, inclusive, saber as diferenças de sentido e de condições de uso que essas várias maneiras implicam e supõem.

Contudo, o que se busca aqui não é a eliminação do preconceito, com a aceitação de todas as variações linguísticas e nem o uso somente da norma padrão da Língua Portuguesa, o que provavelmente nos levará ao preconceito. O que realmente se busca é a intermediação entre os dois, que todos conheçam a norma padrão e a não-padrão, saibam como e quando utilizá-las, visto que sem a norma padrão não haveria ordem na forma de falarmos e expressarmos a Língua Portuguesa, e cada um teria a sua própria língua, com suas regras e formas de falar, podendo não ser compreendido por outra pessoa que por sua vez também teria a sua língua. Ninguém faz o uso do Português padrão integralmente em sua fala, a todo o tempo e lugares em que se encontram, sempre há alguma variação presente em sua fala.

Com isso fica claro que não podemos usar somente uma ou outra, uma vez que nem sempre todos possuem o mesmo acesso a educação, uns possuem mais acesso do que outros devido à grande desigualdade social presente em nosso país. Aqueles que não possuem esse acesso são privados de uma educação de qualidade como aqueles que possuem acesso recebem. Esse é o principal motivo de não poder haver o preconceito ou somente o uso do Português padrão ou do não-padrão. Se todos pudessem ter o mesmo acesso à educação talvez se pudesse pensar na possibilidade do uso somente do Português padrão e conseqüentemente na não existência do preconceito linguístico. Infelizmente, isso está muito longe de acontecer, enquanto a escola e, principalmente, os professores não mudarem suas

concepções em relação ao ensino da Língua Portuguesa, ainda haverá muito preconceito frente à variação na fala das pessoas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália - novela sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 1997.

BAGNO, Marcos **A norma oculta - língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais (PCNs)**. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2000.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Linguística**, 10. ed. São Paulo: Scipione, 2007.

FILHO, Domício Proença. **(Nova) Ortografia da Língua Portuguesa, guia prático**, Rio de Janeiro: Record, 2009.

LOUREIRO, Stefânie Arca Garrido. **Alfabetização, uma perspectiva humanista e progressista**, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PERINI, Mário. **Sofrendo a gramática, ensaios sobre linguagem**, 3. ed. São Paulo: Ática, 2005.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, Associação de Leitura do Brasil (ALB)/Mercado de Letras, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1969.

SILVA, Maurício. **O novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o que muda, o que não muda**, São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**, 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1990.

## ANEXOS

**ANEXO A** – Figuras utilizadas na pesquisa de campo.









